OFICIO 05473 /2013

01

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

URGENTE

São Paulo, 11 de dezembro de 2013.

Ofício nº. 5473 /2013 – EXPPGJ

Protocolo nº. 187.832/2013 - MPSP
Ref.: Ofício nº. 217/2013, de 27 de novembro de 2013.
*IC nº.*14.0461.0000425/2013-7
(Pede-se o uso destas referências)

TCESP - SEDE
TC - 46593/026/13
18/12/2013 - 14:03
0571-7442-9307-8181

Senhor Conselheiro-Presidente

Nos termos do art. 104, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº. 734, de 26 de novembro de 1993, encaminho a Vossa Excelência o pedido contido no ofício nº. 213/2013 anexo, da Promotoria de Justiça de Tremembé, subscrito pelo Promotor de Justiça LUÍS FERNANDO SCAVONE DE MACEDO.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de apreço e consideração.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Procurador-Geral de Justiça

Ao
Excelentíssimo Senhor
Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI
DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado
Avenida Rangel Pestana, 315 – Centro - CEP. 01017-906
SÃO PAULO - SP
\mba

impressão 10 anos imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MP - 01A

14/1/14
PROTOCOLO
Nº 84/14
UR-14

29/5/14
PROTOCOLO
Nº 1075
UR-14

02

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TREMEMBÉ

Rua Costa Cabral, 1183 – Fórum local

Tremembé/SP - CEP: 12120-000 - FONE: 3672-3782

Tremembé, 27 de novembro de 2013.

Ofício n. 217/2013 – 2º.PJTbé

ÁREA: **PATRIMÔNIO PÚBLICO**

REF.: *Ofício 213/2013 – Tribunal de Contas*

Excelentíssimo Senhor,

Encaminho a Vossa Excelência o Ofício nº **213/2013**, em anexo, e solicito seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

LUÍS FERNANDO SCAVONE DE MACEDO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Excelentíssimo Senhor

Dr. MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA

Procurador-Geral de Justiça

Rua Riachuelo, 115 – 8º. Andar – sala 849

01007-904 – São Paulo - S

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO: 0187832/13
Data : 04/12/2013 Hora:17:25:06
14050502
Local de Entrada:
SUB-AREA DE APOIO ADMIN.- PROTOCOLO GERAL
Assunto:
OFÍCIO DE ENVIO
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTICA DE TREMEMBE

MP 41

03

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TREMEMBÉ
Rua Costa Cabral, 1183 – Fórum local
Tremembé/SP - CEP: 12120-000
Tel. 3672-3782
pjtremembe@mp.sp.gov.br

URGENTE

Tremembé, 21 de novembro de 2013.

OFÍCIO Nº 213/2013-2ºPJTbé

I.C.- 14.0461.0000425/2013-7
REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
ASSUNTO: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS – NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Senhor Presidente,

No uso de minhas atribuições, encaminho a Vossa Excelência os documentos, em anexo, para ciência.

Na oportunidade, manifesto a Vossa Excelência votos de consideração.

LUÍS FERNANDO SCAVONE DE MACEDO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
(em exercício)

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO ROQUE CITADINI
Presidente do Tribunal de Contas
Av. Rangel Pestana, 315
São Paulo - SP

impressão imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MP 41A

IC - 425/2013

07 120

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
– E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br - Site: www.tremembe.sp.gov.br - E. São Paulo -

Ofício nº 961/2013-GP. Tremembé, 07 de outubro de 2013.

Protocolo M. P. nº 329/13
Tremembé 08 / 10 / 2013
Hora: 17h45

Senhor Promotor,

Em atendimento ao Ofício nº 129/2013- 2º PJTbé, datado de 04 de setembro p.p., dessa Promotoria, vimos através deste encaminhar as informações da Secretaria de Assuntos Jurídico, através do Memorando nº 157/2013, anexo.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
Dr. RAPHAEL BARRETO BRAGA
2º Promotor de Justiça Substituto de Tremembé
TREMEMBÉ-SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452 de16 de outubro de 2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
Caixa Postal nº 071 – e-mail: tremembé@tremembe.sp.gov.br – Site: WWW.tremembe.sp.gov.br

05

MEMORANDO

Da: SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Para: Coordenadoria dos Serviços da Secretaria Municipal

Assunto: Resposta ao ofício n. 129/2013 da 2ª PJTbé, relativo aos RPAs

Data: 04/10/2013

Nº 157/2013

URGENTE/URGENTÍSSIMO

Seguem inclusos:

1. Ofício n. 17/2013 da Secretaria de Assuntos Jurídicos, contendo informações sobre os RPAs;
2. Memorando Interno Especial da Secretaria de Administração;
3. Relação de RPAs, elaborada pelo Setor de Benefícios;
4. Relatório de Gestão Fiscal;
5. Informe do endereço eletrônico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, quanto ao I Seminário de Direito Administrativo, realizado em 2003, com palestra da Dra Maria Sylvia Zanella Di Pietro;

Requeremos, por favor, que esta Coordenadoria dos Serviços da Secretaria Municipal elabore ofício de encaminhamento para o Ministério Público, a ser assinado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito;

Atenciosamente.

Alexandre J. Silva

ALEXANDRE DE JESUS SILVA
PROCURADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452 de16 de outubro de 2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
Caixa Postal nº 071 – e-mail: tremembé@tremembe.sp.gov.br – Site: WWW.tremembe.sp.gov.br

Ofício nº 17/2013 **Tremembé, 03 de outubro de 2013.**

Ilustríssimo Senhor Doutor Promotor,

Em resposta ao ofício nº 129/2013 da 2ª PJTbé, relativo aos RPAs, remetemos a documentação inclusa, com informações fornecidas pelo Setor de Benefícios, expondo o quanto segue:

As Administrações anteriores se omitiram quanto ao planejamento econômico e urbano do Município.

Com isto, houve descuido em relação ao crescimento urbano, pelos administradores anteriores, o que aumentou a demanda por serviços públicos, principalmente os de saúde e educação.

Atualmente, o Município se mantém com as receitas arrecadadas de IPTU e com repasses federais e estaduais. As contas herdadas de administrações anteriores consomem praticamente toda a receita municipal.

O gasto com pessoal correspondia a 54,54% da RCL (Receita Corrente Líquida) no último quadrimestre do exercício passado (Vide documento anexo). A atual Administração reduziu este gasto com pessoal ao patamar de 52,59%, mas a normalização da situação não pode se dar de forma brusca. A normalização é gradativa.

Já foram iniciados os trabalhos para atrair investimentos e indústrias ao Município, mas isto leva tempo.

Os administradores anteriores, visando atender as demandas de serviço público, resolveram celebrar contratações diretas.

Estas contratações diretas realizadas nas administrações anteriores foram herdadas pela atual Administração.

Entendemos, salvo melhor juízo, que a solução deste problema deve ser gradual e envolve as seguintes e simultâneas medidas:

1. Incrementação de receitas com o aumento de arrecadação;
2. Diminuir o gasto com pessoal;
3. Pagar as dívidas do Município;
4. Finalmente, substituir os "RPAs" gradativamente por concursados;

123
07

O problema é que isto não é possível da noite para o dia, sob pena de solução de continuidade dos serviços públicos. Ademais, a atual Administração já está tomando estas medidas.

Entendemos que o caso é de se aplicar a Teoria da Confirmação preconizada por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*Vide documentos anexos*), segundo a qual:

> *"Na confirmação se mantém o ato nulo, não se corrige a ilegalidade, mas se mantém conscientemente o ato como ilegal. Seriam hipóteses assim também excepcionais; eu tenho até medo de falar dessa possibilidade porque pode se fazer mau uso dela, mas o que a doutrina admite é que um ato ilegal pode ser mantido em determinadas circunstâncias, quando da invalidação do ato ilegal possa resultar um prejuízo maior para o interesse público do que da manutenção do ato. Normalmente, a confirmação se dá pelo decurso do tempo. Já se passou tanto tempo que hoje, se fosse invalidado o ato, o prejuízo seria maior."*

O Município tem dívidas herdadas de administrações anteriores com a Bandeirantes, com a União (referente às linhas da Estrada de Ferro da extinta Rede Ferroviária Federal), com o Sindicato dos Empregados Públicos Municipais de Tremembé, com os Correios, etc.

Considerando o impedimento momentâneo de realização de concurso público por conta do limite de gasto com pessoal na folha de pagamento, a manutenção de RPAs se faz necessária até a regularização da receita.

Atenciosamente.

Alexandre J. Silva

ALEXANDRE DE JESUS SILVA
OAB/SP Nº 255.042

De acordo.

MARCO ANTONIO QUEIROZ MOREIRA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

ILM(O)(A) SR(A). DR(A)
RAPHAEL BARRETO BRAGA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
TREMEMBÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP – CAIXA POSTAL nº 071 - Fone: (12) 3607-1000 - Fax: (12) 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

184
08

MEMORANDO INTERNO ESPECIAL

Setor de Benefícios, 27 de setembro de 2013.

Para: Secretaria de Administração
Assunto: Ofício nº 129/2013-2ºPJTbé
Interessado: Promotoria de Justiça de Tremembé

Ao Sr. Secretário de Assuntos Jurídicos, com as homenagens de praxe.
27/09/13.
João Viccuto de Oliveira
Secretário de Assuntos Jurídicos

Senhor Secretário,

Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria visando atendimento ao solicitado pelo Digno Promotor de Justiça de Tremembé, Dr. RAPHAEL BARRETO BRAGA, encaminhamos anexo a este expediente relação contendo nomes dos contratados, meses das prestações dos serviços e os valores recebidos pelos serviços, estes já descontados os encargos previdenciários e o imposto de renda na fonte, quando foi o caso.

Esclarecemos, no entanto, que a área do Setor de Benefícios somente elabora os recibos de pagamento aos autônomos, quando as Secretarias que os necessitam encaminham a este Setor, por escrito, documento para tal.

Certos em termos atendido satisfatoriamente a solicitação do Augusto Representante do Ministério Público Estadual e também a determinação de Vossa Senhoria, finalizamos nossa resenha com protestos de consideração e respeito.

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SERVIÇO PRESTADO
Ademar dos Santos Filho			1.335,00	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	Administrativos na área de licitações e contratos
Ademir Trindade							756,50		Segurança
Adriana Aparecida dos Santos	656,19	131,24							Educadora do Abrigo Municipal
Adriana Lima dos Santos	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	Assistente Social
Adriana Naresi							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Adriana Swerts de Castro							1.929,43	3.830,88	Médica Plantonista
Adriano Oliveira Domiciano		3.540,03							Impressão a laser e encadernação de documentos
Afonso Dias Pessoa	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	Motorista
Alessandra Márcia Leme Ribeiro							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Alex Sandro de Oliveira					1.363,08	924,90	924,90	924,90	Ajudante de Obras
Alexandra Brandão Bento					809,10	612,46	200,98	647,58	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Alexandra Regina Moreira		43,75							Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Alexandre Lucas de Moraes								194,02	Coletor de Lixo
Alexandre Mansur Abud							3.762,50	1.355,12	Médico de ESF
Aliete Alves Ramos					546,60	656,19	178,65	625,33	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Amanda Anselmo Maciel								6.009,21	Médica Plantonista
Amanda Thais Thomé de Morais								921,69	Médica Plantonista
Ana Cristina Moreira da Silva Nascimento			830,96	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Ana Lúcia Soares Monteiro	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	Conselheira do Conselho Tutelar
Ana Paula de Oliveira Martins		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Ana Paula dos Santos Cavini	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	Organizadora Administrativa (Digitadora)
Ana Paula Martins Moraes		328,09	677,89	634,33	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Ana Paula Rocha		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Analúcia Bittencourt de Andrade Reinert				52,43	681,48				Professora II
Anderson de Oliveira Santos							854,40	1.602,00	Educador Social
André Luiz da Silva de Oliveira	499,29								Confecção de faixas, adesivos e banners
André Luiz Marques					870,86	2.683,95	916,26	1.569,40	Professor I
Andréa de Carvalho Pereira							1.662,35		Médica Plantonista
Andréia Maria Calderaro								1.898,30	Limpeza nas festividades do Bom Jesus
Andreza Aparecida Oliveira da Silva	660,22								Auxiliar de Enfermagem
Antonio Alexandre Odorizi	988,86	998,83	940,38	1.028,11	1.134,20	1.126,10	1.017,44	1.216,37	Motorista
Antonio Carlos de Paula	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	Motorista
Antonio Rauf Alves Ferreira Di Carli Meireles				1.068,00	3.709,95	1.068,00	1.513,00	2.351,09	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Aparecida Lazarim	218,73								Educadora do Abrigo Municipal
Ariane dos Santos Clemente	664,30	724,11	724,11	724,11	724,11				Digitação, controle e fechamento de sistema DST/HIV/AIDS
Ariane Santos de Oliveira	603,42								Serviços gerais, incluindo cozinha
Aryane Yoshie Akahane							3.762,50	7.082,21	Médica de ESF
Bárbara Cristina Marcondes dos Santos	603,42	603,42	603,42						Serviços gerais, incluindo cozinha
Belmiro de Paula								890,00	Show musical
Bianca Cursino dos Santos			724,11	724,11	724,11	724,11	736,90	736,90	Atendente ao público no fichário central
Bruna de Andrade Lima Credídio								602,92	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Caio Marques Furtado	1.045,89	1.045,89	1.045,89						Motorista
Camila Aparecida de Souza Segregio Reis							1.662,35	3.815,04	Médica
Camila de Albuquerque		328,09	677,89	656,19					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Camila Figueiredo Vargas Campos		328,09	306,15						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Camilo Lélis				1.028,11	266,38				Motorista
Carla Marcondes de Oliveira Silva				1.115,41					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Carla Roberta Santos de Lima			699,76	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		SERVIÇO PRESTADO
Carlo Guilherme Silveira Lima							1.630,31	9.640,01	Médico Plantonista e Ambulatorial
Carlos Alberto Campos Piragibe							1.797,71	6.598,70	Médico Pediatra do Pronto Atendimento
Carlos Alberto Nascimento								4.424,65	Engenheiro
Carlos Alberto Varella							1.630,30	3.058,63	Médico
Carlos Alves de Andrade			396,90	249,20	249,20	249,20	249,20	267,00	Limpeza de piscina
Carlos André da Costa								1.003,75	Médico Plantonista Pediatra
Carlos Benedito Pinheiro de Miranda	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	Coordenador Administrativo do controle de convênios
Carlos César Maurício							1.240,78	2.423,76	Dentista de ESF
Carlos Guilherme Varella							1.630,31	3.092,12	Médico
Carlos Henrique Braz							487,55	88,83	Auxiliar de Enfermagem
Carolina Signorini de Moraes							2.372,07	4.410,85	Médica Veterinária
Celso Luiz Nigre Corrêa						267,00			Serviços de fotógrafo
César da Silva Domingos	2.315,68	2.315,68	2.315,68	2.315,68	2.315,68	2.315,68	2.315,68	2.315,68	Chefe Administrativo de Secretaria
Clair Alves Cabral	603,42	603,42	603,42	603,42	341,94				Segurança
Cláudia Beatriz de Araújo							1.929,43		Médica Clínica Geral
Cláudia Monteiro dos Santos								1.898,30	Limpeza nas festividades do Bom Jesus
Claudinale Lacerda Donolato							487,55	260,23	Auxiliar de Enfermagem
Cláudio Henrique Frederico						1.335,00			Apresentação musical
Cleusa Vieira da Costa		1.774,81							Serviços de oficinas pedagógicas
Cristiane Rangel Manfredini Pomilio								3.164,44	Arquiteta
Cristiano Graça					1.793,88	855,79			Professor II
Cristovão Leonardo dos Reis	845,50	855,47	855,47		855,47	855,47	871,05	871,05	Técnico em Veterinária
Daiana Cristina Alves da Cruz							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Daiane Gonçalves Antonio							487,55	1.036,65	Auxiliar de Enfermagem
Dalva Maria da Silva								446,61	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Daniel Goldfreind Ribeiro							861,35	1.721,80	Médico Plantonista
Danielle Gomes de Souza				733,90					Professora II
David Diego Barbosa						546,11	1.029,20	651,13	Transporte de material infectante para exame
Débora Firmino Jacinto						743,49	200,98	491,27	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Débora Leiko Koid Fukuoka							3.382,78	6.357,21	Médica Psiquiatra
Débora Ramos Braga							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Denise de Fátima de Souza					830,96	634,33	200,98	625,25	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Denise Firmino Jacinto						918,43	223,31		Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Dirceu Nunes do Patrocínio								445,00	Show musical
Donizeti Ribeiro			884,78	924,90	924,90	924,90	924,90	924,90	Coletor de lixo
Dulcinéia dos Santos							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Ediléia Alves de Oliveira				1.018,43					Auxiliar de Enfermagem
Ediléia Santos de Paula		174,99	371,75		974,95			1.267,47	Auxiliar de Enfermagem
Edileuza Aparecida Luiz dos Santos		356,00	2.590,10	2.590,10	2.590,10	2.590,10	890,00	2.590,10	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Edna Bolderini Lemes							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Edna Polastrini Monteiro	656,19	131,24	262,48						Educadora do Abrigo Municipal
Edna Regina Soares dos Santos							290,30	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Ednalva Cristina de Oliveira	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	Serviços gerais
Eduardo Matheus Cândido Soares		328,09	677,89	371,15					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Elaine de Oliveira Campos	2.466,34	2.466,34	2.466,34	2.466,34	2.466,34	2.466,34	674,03		Pesquisadora em Psicologia
Eliana Marques de Sales					43,74				Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Eliane Rodrigues de Souza Cardoso	240,60								Educadora do Abrigo Municipal
Eliene Faria da Silva								513,60	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		SERVIÇO PRESTADO
Emanuel Kjellin Guerreiro				996,00	314,53				Professor II
Eunice Aparecida Santos de Oliveira				1.310,53	209,69				Professora I
Fabiana Cristina Perez				1.100,85					Professora I
Fábio Henrique Carreirinha Mendes							1.630,31	3.092,12	Médico Neurologista
Fábio Rocha Braz								1.335,00	Suporte de informática
Fabíola Tereza Cardoso	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	Conselheira do Conselho Tutelar
Fabrícia Saldanha Rossi							1.855,92	3.505,04	Fisioterapeuta
Fátima Gabriela de Oliveira	603,42		1.206,84						Serviços gerais, incluindo cozinha
Fátima Maria Migoto Barbosa		328,09	677,89	153,08				692,24	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Flávia Andrade Marques			1.068,00	1.733,65	2.590,10	1.335,00	445,00	1.335,00	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Flávia Lila Medina Poveda Trevisan							1.929,43	3.613,54	Médica Plantonista
Flávia Lotufo Pinto					2.227,60	1.335,00	445,00	1.335,00	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Flávia Maria dos Santos						568,55	223,31		Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Flávio Henrique de Souza						1.262,82	924,90	924,90	Ajudante de Obras
Francine Jardim Vargas dos Santos				1.609,36	1.632,29	1.582,49	534,98	2.679,93	Professora I
Francisco Coutinho de Miranda Netto	396,05	466,12	1.092,57	998,83	1.031,76	1.020,78	1.266,71	1.337,84	Motorista de Ambulância
Gabrieli Regina Gouvêa de Mattos Queiroz							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Geraldo Rocha de Assis Junior	1.964,88	1.964,88		1.964,88					Psicólogo
Gilberto Sérgio da Silva		108,14			630,12				Transporte de material para exame de urgência/emergência
Gisela Aparecida Pereira	656,19	602,51	575,66						Educadora do Abrigo Municipal
Gisele de Oliveira Alves	1.175,17	1.175,17	1.175,17						Organizadora administrativa (Digitadora)
Giseli Maria Souza Barachati							626,31		Serviços de workshop
Giseli Monteiro de Carvalho				875,46	419,37				Professora I
Gislayne Moreira Ramos					264,09				Auxiliar de Enfermagem
Gláucia de Fátima Castanharo Dias							936,50	1.860,23	Enfermeira
Helerson Pereira de Almeida			929,16						Reparos de fogões em caráter emergencial das escolas
Hélio Bettoni Filho				1.387,85	419,37				Professor II
Hélio Bonvéquio					587,76	924,90	924,90	924,90	Coletor de lixo
Heloísa Helena Buzatto		218,73	393,62						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Heloiso Santos Ferreira								623,00	Apresentação musical
Henry Willyam Ribeiro							2.632,12		Serviços elétricos
Ingrid Paola de Oliveira Cardoso			442,51						Serviços gerais, incluindo cozinha
Irene Viana Umeki								5.228,55	Médica Plantonista
Janilly Cristina Rossi Patrocínio								1.070,67	Professora II
Jéssica da Silva Moreira		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	200,98	602,92	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Jézica Cristina Camargo Campos							712,00		Serviços de limpeza
Joana dos Santos	656,19	656,19	415,59						Educadora do Abrigo Social
Joanildo Costa Júnior		1.112,50							Serviços de oficinas pedagógicas
João Batista de Souza						341,94	603,42	603,42	Vigia noturno
João de Oliveira	80,46								Segurança
João Eduardo de Castro Nogueira							1.048,51		Realização de exames de endoscopia
João Paulo de Oliveira Souza								445,00	Apresentação musical
Jorge Aparecido dos Santos				491,73	983,45				Tratorista
Jorge de Faria Pereira							3.095,30	3.815,04	Médico Plantonista
José Aparecido dos Santos						983,45	983,45	983,45	Tratorista
José Francisco de Paula Lica								845,50	Apresentação musical
José Januário de Farias	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	Vigia diurno
José Lemes Rocha				924,90	924,90	924,90	924,90	924,90	Coletor de lixo

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SERVIÇO PRESTADO
José Raimundo da Cunha	848,87	878,14	878,14	878,14	614,70				Vigilante
Joseane da Silva Dias								368,57	Professora II
Joselito Medela							1.379,50		Reparos em computadores
Josiane Aparecida dos Santos	221,26								Serviços gerais, incluindo cozinha
Josiane Fernandes de Siqueira Borges		328,09	677,89	459,22					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Josiele Cristine Cardoso							487,48		Auxiliar de Enfermagem
Joyce Félix da Silva Passos				52,43	1.970,91	157,27			Professora I
Júlia Rosa dos Santos Reis							a	446,61	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Juliana Aparecida Corbani							936,50	1.860,83	Enfermeira
Juliana Cristina dos Santos Máximo		174,99							Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Juliana Ribeiro Neves							1.400,63	2.331,35	Médica Ginecologista
Juliano Dias Rocha							1.929,43		Médico Plantonista
Juraci Conceição de Faria							1.335,00		Serviços de workshop
Karin Ribeiro Pinto de Castro Guerreiro	632,90								Coordenadora Administrativa
Kátia Regina Justen Moreira		328,09	677,89	2.292,23	1.901,31				Professora I
Kelly Cristina dos Santos	1.335,00	1.335,00	1.335,00	1.335,00	1.335,00	1.335,00	1.513,00	1.513,00	Digitadora
Ketilin Aparecida de Moraes			262,41	590,56					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Klaus Ver Meyer Pires							1.014,23		Médico Ortopedista
Laila Romeiro Dantas da Gama								1.070,67	Professora II
Laura Cristiane Silva Ribeiro				2.021,79					Nutricionista
Lauro Monteiro da Silva					594,52	603,42	603,42	603,42	Vigia noturno
Leandro Jorge Viana da Silva				1.281,60					Caminhoneiro
Leila Aoki Lemos							1.196,41	2.466,34	Educadora social
Leonel Telles Menezes							3.262,07	7.314,21	Médico Plantonista
Letícia da Costa Itho			6.251,65						Tradutora de textos inglês/português
Letícia Helena Martins Silva			1.005,64	634,33	634,33	656,19	178,65	602,92	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Letícia Renata de Oliveira Resende								352,09	Recepcionista
Letícia Saes Valério		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	223,31	647,58	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Lina Erick				74,71	2.003,52	1.572,65	534,98	1.562,49	Professora II
Lincoln de Paula	1.645,80	1.645,80	1.646,50	1.646,50	1.646,50	1.646,50	1.646,50	1.646,50	Técnico de Edificações
Lourdes Marcondes dos Santos Lima				786,32	262,11				Professora II
Lucenir Andrade Pinheiro							801,00		Realização de oficina na educação
Lúcia Helena de Freitas	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	Conselheira do Conselho Tutelar
Luciana da Motta Carvalho Faria		1.335,00	2.590,10	2.433,41	2.590,10	2.552,28	890,00	2.590,10	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Luciana Maria da Costa							503,83	1.167,48	Auxiliar de Enfermagem
Luciane Maria Molina Barbosa				1.602,00		1.602,00	2.104,11		Professor de braile
Luciane Prado				298,83	1.661,56	1.572,65	903,55	2.098,58	Professora II
Luis Carlos da Silva Soares						2.590,10	445,00	1.335,00	Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Luiz Cláudio dos Santos	1.445,72	1.455,69	1.455,69	1.455,69	1.455,69	1.455,69	1.483,99	1.483,99	Gerenciamento de dados do sistema de informação do MS
Luiz Cláudio dos Santos Júnior	200,25								Confecção de cabo VGA
Luiz Ricardo Costa Czuka							498,40	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Maísa de Oliveira Costa	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.733,65	Digitação e controle de arquivos, agendamento e prazos
Manoel Rocha Neto							3.256,22	7.662,21	Médico Plantonista
Marcelo Augusto Marques							1.929,43	5.820,71	Médico Plantonista
Marcelo Batista de Faria								345,77	Feitio de máscara em espuma para o projeto Fazendo Arte
Marcelo dos Santos					718,23				Ajudante de Obras
Marcelo Henrique Monteiro					718,23				Ajudante de Obras
Marche Sandro da Silva Guimarães							200,25		Desmontagem de móveis planejados

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		SERVIÇO PRESTADO
Márcia Antonia Corrêa				1.362,95	1.520,23	1.520,23	428,27	2.775,52	Professora I
Márcia dos Reis Clementino Monteiro								535,93	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Márcia Maria Morais	1.320,43	1.320,43	1.320,43						Auxiliar de Enfermagem
Márcio Roberto Soares						1.234,66	924,90	924,90	Ajudante de Obras
Marco Aurélio de Paula Nunes	924,90	884,78							Coletor de lixo
Margarida Marcondes dos Reis	603,42	603,42	603,42	603,42					Cozinheira
Maria Aparecida do Prado					382,17	603,42	603,42	603,42	Monitora de sala de curso profissionalizante
Maria Cecília Tomasi								287,47	Professora de curso de Aquarela Botânica
Maria Clara da Silva	241,37								Serviços gerais, incluindo cozinha
Maria Cristina de Abreu							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Maria Cristina Ferreira de Faria						801,00			Serviços de decoração de salão
Maria de Fátima da Silva de Faria	221,26								Educadora do Abrigo Municipal
Maria Madalena Moreira dos Santos							749,47		Professora I
Maria do Carmo Toledo							834,59	1.669,18	Psicóloga
Maria Eunice Félix	1.320,43	1.320,43	1.428,45		108,04				Auxiliar de Enfermagem
Maria Noedi de Lucena Matheus Santos		328,09	677,89	1.564,15	887,91				Professora I
Mariana Abraham Goffi							1.630,31	3.092,12	Médica Neurologista
Marilena dos Santos Cruz	1.320,43	1.320,43	1.536,50						Auxiliar de Enfermagem
Marilena Garcez Peixoto							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Marília Aparecida dos Santos Oliveira			699,76	262,52					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Marina Shu Fong							3.762,50	7.082,21	Médica de ESF
Marta Silva Fernandes			918,43						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Matheus de Oliveira Silva								623,00	Apresentação musical
Mauricio dos Santos					1.363,08	924,90	924,90	924,90	Ajudante de Obras
Mauricio Silvério			998,83	1.086,69	1.075,66	366,26			Motorista
Mauro Assis de Moura Brito							542,63	1.220,64	Motorista
Melina Gabriela Marcondes dos Santos Lima							936,50	1.860,83	Enfermeira
Messias do Nascimento Lima Sobrinho						1.424,00	1.774,81	1.774,81	Serviços de digitação
Michel Antonio Camargo Guerrero							5.423,56	12.912,81	Médico Plantonista
Michele Aparecida da Silva		328,09	656,19						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Michelle Dalla Monteiro Lemos	3.010,47	3.010,47	3.010,47	3.010,47	3.010,47	3.010,47	3.010,47	3.010,47	Coordenadora do CRAS
Mileide Vicente					21,88				Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Mileidi Fernandes Vicente								622,38	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Mirtes Jacometi Soares de Carvalho				1.001,25					Serviços de ambientação e harmonização e sala
Mônica da Silva		328,09	677,89	328,15					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Murilo César Varella							2.000,00	3.776,31	Médico
Murilo Messias da Costa Ramos					746,36	1.057,39	1.054,70	1.518,52	Motorista
Nádia Ferreira da Silva					943,58	524,21			Professora I
Natália Meirelles Junqueira de Amorim							1.103,39	2.169,59	Enfermeira
Nathália Aparecida de Carvalho Oliveira	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	Conselheira do Conselho Tutelar
Neilson Teodoro da Silva			998,83	998,83	998,83	998,83	1.125,84	1.296,53	Motorista de Ambulância
Newton de Vasconcelos Júnior							5.533,90		Execução de levantamento planialtimétrico cadastral
Odairton Gomes							498,40	1.440,87	Auxiliar de Enfermagem
Osmar Moreira da Silva								585,43	Motorista
Patrícia Bidinoto	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	Psicóloga
Patrícia Ferreira Sales						1.986,70	534,98	2.060,58	Professora I
Patrícia Terezinha de Faria				712,00	1.068,00	1.068,00	1.175,17	1.175,17	Digitadora
Paula de Godoy Santos Machado								535,93	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		SERVIÇO PRESTADO
Paulo Celso Pereira	983,45	983,45	983,45	983,45	983,45	983,45	983,45	983,45	Tratorista
Paulo César Gouvêa						900,68			Serviços de Buffet
Paulo Henrique Risk Martins								3.194,91	Auxiliar de Enfermagem
Paulo Henrique Varallo de Vasconcelos	988,86	1.127,07	1.033,83	998,83	1.055,70	1.033,71	1.337,92	1.058,91	Motorista
Paulo Ricardo de Faria	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	Motorista
Paulo Roberto Leite Júnior								180,67	Desmontagem de móveis planejados
Paulo Rodrigo dos Santos Gouvêa		1.335,00	2.514,45	1.602,00					Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Pedro Gonzaga da Silva						731,79	878,14	878,14	Motorista
Poliane Lanziloti de Oliveira	1.939,46	1.939,46	1.939,46						Organização e logística do almoxarifado da educação
Polyana Puppio Querido							5.960,06	6.429,71	Médico Plantonista
Pollyana Scutti Palma		890,00					890,00		Serviços em oficinas na educação
Priscila Alessandra da Cruz	634,32	656,19	656,19						Educadora do Abrigo Municipal
Priscila Maria Prestes dos Reis		2.627,93							Serviços de digitação de dados e tubulação
Priscilla Gavazzi Meireles							950,08	2.072,57	Farmacêutica
Rafael Spada Rebechi							2.656,53	4.167,71	Médica Plantonista
Rafaela Aparecida Marcondes Couto		328,09	590,42	656,19	656,19	656,19	223,31	647,58	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Raimundo César Neto	1.141,87	1.141,87	1.141,87	1.141,87	1.141,87	1.141,87	1.141,87	1.141,87	Eletricista
Ralf Estevan Floriano Dolcinotti	422,40								Carregador de materiais, incluindo serviços gerais
Ralph Fujarra Abou Hala							3.280,82	6.241,21	Médico Plantonista
Raquel Ferreira de Souza					1.721,21	1.572,65	560,40	1.682,25	Professora II
Raquel Nóbrega Zeraik Abdalla							3.762,50	7.082,21	Médica de ESF
Rebeca Otani Pereira Resende							1.018,48	2.012,49	Médica
Renata Aparecida da Silva					830,96	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Renata Gonçalves							861,35		Médica Clínica Geral
Renata Martins de Andrade Cugini Campos								107,07	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Renato da Cunha Oliveira						632,97	2.626,42	2.626,42	Arquiteto
Ricardo Estevão de Almeida							497,07	497,07	Serviços de workshop
Rita de Cássia Braga Marques							3.762,50	7.082,21	Médica de ESF
Rita de Cássia da Silva				974,95	1.088,87		29,05		Auxiliar de Enfermagem
Rivelino Gonçalves							1.395,35	2.692,69	Médico Ultrassonografista
Roberta Pagano Diniz			724,11	724,11	724,11	687,90	634,19	716,37	Atendente ao público no fichário central
Roberto Sávio de Paula	878,14	878,14	878,14						Motorista
Rodrigo Barbosa Chiaradia				1.424,00	1.424,00		1.335,00		Motorista
Rodrigo Muriano Borges							2.324,59	3.362,56	Médico Oftalmologista
Rogério Mamprim Padovese							3.646,25	7.082,21	Médico Plantonista
Rosana Amador Monteiro				1.310,53	366,95				Professora I
Rosângela Aparecida Guilherme de Almeida								780,07	Auxiliar de Enfermagem
Rosângela Maria de Carli Bueri Mattos			534,00						Palestrante
Rosângela Soares de Souza								633,33	Auxiliar de Enfermagem
Roseli Aparecida do Amaral						1.825,45	534,98	1.669,47	Professora II
Roseni Paixão							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Sabrina Taiana de Mello da Silva		328,09	677,89	2.094,01	2.334,71	730,65			Professora I
Samara Rolla								804,21	Auxiliar de Enfermagem
Sandra Célia Lopes							3.762,50	7.082,21	Médica de ESF
Sebastião Corrêa dos Santos	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	603,42	Vigia noturno
Sebastião Henrique de Moraes						1.234,66	924,90	924,90	Ajudante de Obras
Selma Âncora da Luz Santos	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	1.964,88	Assistente Social
Silvana Crozariol Vitor			4.990,15		4.156,40	3.439,47			Confecção de próteses dentárias totais e parciais

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

NOME DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SERVIÇO PRESTADO
Silvana de Amorim Leite							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Silvana Nunes de Souza Ribeiro	284,35								Educadora do Abrigo Social
Silvia Helena de Arruda							936,50	1.860,83	Enfermeira
Silvia Helena Lopes								801,00	Recepcionista
Silvia Letícia de Jesus de Andrade	915,49								Enfermeira
Silvia Mancastroppi Nascimento Lima							487,48	259,98	Auxiliar de Enfermagem
Silvia Regina de Siqueira		328,09	677,89	677,89	656,19	656,19	200,98	89,33	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Silvio Augusto Chagas Cavicchioli	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	1.206,84	Conselheiro do Conselho Tutelar
Simone Aparecida Barbosa Chiaradia		328,09	677,89	393,62					Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Simone Conceição Vecchio de Castro Maciel		1.335,00	1.335,00						Intérprete de Libras (linguagem brasileira de sinais)
Simone de Morais Almeida			65,61						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Sueli Cristina Lemes							487,48	974,96	Auxiliar de Enfermagem
Sueli Meire da Silva Almeida		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Tainara Aparecida Melo	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	Organizadora Administrativa (Digitadora)
Tânia Cardoso de Siqueira							834,59	1.669,18	Psicóloga
Tânia Cristina Maciel Migoto							936,50	1.925,19	Enfermeira
Tatiana Puppio Querido							4.887,06	7.009,71	Médica Pediatra
Telma Linhares de Castro Freitas				314,53					Professora I
Thais Dias Rosa				1.242,41	1.847,92	204,46			Professora II
Thayrine Fernandes		328,09	677,89	656,19	656,19	656,19	223,31	670,10	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Valdir Rodrigues da Silva					104,85				Professor I
Valdomiro Joaquim								854,40	Professor I
Valéria Antunes de Matos			590,42	656,19	656,19	656,19			Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Valéria Benedito dos Santos		602,51	656,19						Educadora do Abrigo Municipal
Valéria Cristina da Silva Fabrini		328,09	677,89	656,19	656,19	634,33	223,31	647,58	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Valéria Gandolfi Geraldo		160,20	160,20						Consulta médica especializada em neuropediatria
Valéria Souza Matos		328,09	568,55						Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Valter Ramos	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	Motorista
Vanessa de Paula Pereira	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	1.186,37	Digitação e acompanhamento de projetos
Vanessa Pereira Cândido Magalhães							1.758,35		Serviços de workshop
Vanessa Prado Leite Puppio							5.191,56	6.545,71	Médica Plantonista
Vânia Cristina Bazzo Nasraui Calçada		498,40	747,60	623,00	747,60	685,30	498,40	498,40	Serviços de equoterapia
Vânia Langanki								534,00	Digitadora
Vera Lúcia de Melo Louzada		65,62							Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Vilmar Rizzo							1.291,04	2.418,27	Médico Radiologista
Vital Passos Júnior								7.033,06	Médico Plantonista
Walter Rodrigues	1.330,37	1.330,37	1.330,37	1.330,37	1.330,37	1.330,37	1.330,37	1.330,37	Mecânico de Máquinas e Veículos Pesados
Wanessa Raphaele Santos Barbosa	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	1.175,17	Digitadora
Wilson Roberto Guimarães Silva								1.335,00	Digitador
Wilson Souza Costa		3.278,24							Serviços de oficinas pedagógicas
Wilson Tineu Lima	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	878,14	Motorista

Baltasar de Souza Neto
Chefe do Setor de Benefícios

Modelo 10 ~~192~~ 16

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO DE TREMEMBE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
2º QUADRIMESTRE DE ~~2007~~ 2013

I – COMPARATIVOS:

Valores expressos em R$

	Exercício Anterior		1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	71.248.191,05		73.482.205,92		76.067.378,62			
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Despesas Totais com Pessoal	38.860.735,90	54,54	38.929.281,97	52,98	40.005.859,19	52,59		
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22 LRF)			37.696.371,64	51,30	39.022.565,23	51,30		
Limite Legal (art. 20 LRF)	38.474.023,17	54,00	39.680.391,20	54,00	41.076.384,45	54,00		
Excesso a Regularizar	386.712,73	0,54	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesa Líq. Inativos e Pensionistas								
Total da Despesa Líquida					0,00			
Limite Legal (§1º,art.2ºLei Federal 9.717/9	8.549.782,93	12,00	8.817.864,71	12,00	9.128.085,43	12,00		
Excesso a Regularizar								
Dívida Consolidada Líquida								
Saldo devedor					0,00	0,00		
Limite Legal (arts.3º e 4º Res.nº 40 Senado	47.110.748,23	120,00	45.642.578,91	120,00	44.515.522,67			
Excesso a Regularizar					0,00	0,00		
Concessões de Garantias								
Montante								
Limite Legal (art. 9º Res.nº 43 Senado)	15.674.602,03	22,00	16.166.085,30	22,00	16.734.823,30	22,00		
Excesso a Regularizar								
Operações de Crédito (exceto ARO)								
Realizadas no período								
Limite legal (inc. I, art. 7º Res.nº 43 Senad	11.399.710,57	16,00	11.757.152,95	16,00	12.170.780,58	16,00		
Excesso a regularizar								
Antecipação de Rec. Orçamentárias								
Saldo devedor								
Limite legal (art. 10 Res.nº 43 Senado)	4.987.373,37	7,00	5.143.754,41	7,00	5.324.716,50	7,00		
Excesso a regularizar								

II –INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

Local, data

Marcelo Vaqueli
Prefeito Municipal

Lavinio Moreira Alvarenga
Contabilista-CRC Nº1SP082149/O-9

Dinarzade do Prado Souza
Responsável pelo Controle Interno

I Seminário de Direito Administrativo - TCMSP
"Processo Administrativo"
De 29 de setembro a 3 de outubro de 2003



30/09 –PRESSUPOSTOS DO ATO ADMINISTRATIVO – VÍCIOS, ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO EM FACE DAS LEIS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Dra. Maria Silvia Zanella Di Pietro (Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela USP)

Eu começaria agradecendo, especialmente, ao Dr. Antonio Carlos Caruso, pela honra do convite, para vir falar nesse I Seminário de Direito Administrativo do Tribunal de Contas do Município. Fico honrada com a presença dos Senhores Conselheiros e especialmente grata pelas palavras generosas com que eu fui apresentada. Só para ouvir essas palavras, já valeu a pena a minha vinda até o Tribunal.

O meu tema é Pressupostos do Ato Administrativo – Vício, Anulação, Revogação e Convalidação em face das Leis de Processo Administrativo. Foi dito na apresentação que eu participei do grupo que elaborou o Projeto da Lei Federal que dispõe sobre processo administrativo e, realmente, eu participei, embora, de certa forma, fosse contra a elaboração de uma Lei de Processo Administrativo, porque, na realidade, eu acho que a lei, nessa parte processual, praticamente absorve muita coisa ou quase tudo que já estava na doutrina, com exceção de algumas coisas mais específicas, como as referentes a prazo; quer dizer, tudo o que consta da lei já se fazia na prática. No entanto, fiquei bastante aliviada com a presença do Professor Caio Tácito, que presidiu o grupo. Ele optou por fazer uma norma de caráter bem geral, sem descer a muitos detalhes, exatamente para evitar o excesso de formalismo dentro da Administração Pública.

À medida que for explanando, eu vou mencionando a maneira como a matéria está disciplinada na Lei Federal e na Lei Estadual. A Lei Estadual já é um pouco mais detalhada do que a Federal, embora seja uma lei boa também.

Aliás, aqui no Direito Brasileiro, eu diria que todo nosso Direito Administrativo começou antes na doutrina e depois passou para o direito positivo, porque nós construímos o nosso Direito Administrativo a partir do Direito Francês, que é de formação jurisprudencial. Mas, nós copiamos os princípios, copiamos as teorias, copiamos a doutrina e aos poucos fomos pondo no direito positivo, hoje nós temos quase tudo no direito positivo.

Se formos pensar, por exemplo, na matéria de Contrato, antes do Decreto-Lei 2.300 não havia, na esfera federal, uma lei tão ampla estabelecendo normas sobre a matéria. No entanto, tudo aquilo que foi posto no Decreto -Lei 2.300, e que hoje está na Lei 8.666, já se encontrava nos livros de doutrina. Todas aquelas cláusulas exorbitantes, a matéria das teorias do fato do príncipe, da imprevisão, tudo isto já era doutrina. A lei apenas absorveu aquilo que era doutrina e transformou em direito positivo.

É muito semelhante o que está acontecendo em relação ao ato administrativo. Quer dizer, aquilo que está na lei é, em grande parte, aquilo que era já anteriormente aplicado.

Eu vou começar falando alguma coisa a respeito do próprio conceito de ato administrativo, porque não existe um critério muito uniforme para definir o ato administrativo. Dependendo do ponto de vista que se adote, nós podemos definir o ato administrativo como todos os atos praticados pela Administração Pública; ou, adotando um conceito mais restrito, nós vamos excluir do conceito uma série de atos que a Administração pratica.

Eu opto por um conceito restrito e, por isso, que não têm natureza de ato administrativo, propriamente dito, os atos de direito privado, praticados pela Administração Pública, porque eles não estão sujeitos ao regime jurídico tipicamente administrativo. Eles se submetem ao direito privado e apenas parcialmente ao direito público.

Também não considero como atos administrativos, os atos de conhecimento, atos que são meramente enunciativos, como os atestados, as certidões, os votos, porque são atos que, sozinhos, não produzem efeito jurídico. Eu acho que a produção de efeito jurídico é essencial para o conceito de ato administrativo, assim como acontece no direito privado.

Excluo, também, os atos políticos do conceito de ato administrativo, pelo fato de que os atos políticos estão submetidos a um regime constitucional.

Excluo os contratos do conceito de ato administrativo e isto é bem diferente do que acontece no direito privado, porque no direito privado nós vemos que os atos, hoje chamados de negócios jurídicos, são unilaterais ou bilaterais; o contrato seria modalidade de ato jurídico. No âmbito do direito administrativo, falar em ato administrativo é falar em ato unilateral, porque o ato administrativo tem alguns atributos que não aparecem no contrato, especialmente os atributos da imperatividade e da auto executoriedade, que não existem no contrato administrativo. Não podemos dizer que o contrato seja modalidade de ato se ele tem características diferentes.

Excluo, também, do conceito de ato administrativo, os atos normativos da Administração Pública, como os regulamentos, as resoluções, as portarias, Eu diria que o ato administrativo é hierarquicamente subordinado aos atos normativos, mas, ele tem um regime jurídico próprio. Por exemplo, quanto à impugnação, nós não podemos recorrer de um ato normativo como podemos recorrer de um ato administrativo. Não podemos ir a juízo para impugnar um ato normativo, a não ser por via de ADIN. Os atos administrativos podem ser impugnados individualmente, por qualquer cidadão.

Num conceito assim bem restrito, eu diria que o ato administrativo é uma declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, sob regime jurídico de direito público, sujeita à lei e ao controle pelo Poder Judiciário.

Note-se que eu não conceituo como ato da Administração e sim como ato do Estado, porque os três Poderes podem praticar atos administrativos, dentro da idéia de que cada qual exerce predominantemente uma função, mas exerce acessoriamente as funções dos demais. Nós temos que reconhecer que todos os Poderes, praticam atos administrativos; daí eu falar que o ato administrativo é uma declaração do Estado ou de quem o represente, porque qualquer particular que esteja agindo no exercício de uma função administrativo, a qualquer título, pratica atos administrativos. Nós podemos pensar no pessoal dos cartórios extrajudiciais que praticam atos tipicamente administrativos dotados da mesma fé pública que têm os atos da Administração.

Continuando o conceito, o ato administrativo produz efeitos jurídicos imediatos. A produção de efeitos jurídicos constitui característica essencial ao ato administrativo, considerado em sentido restrito. Produzir efeitos jurídicos significa criar, extinguir, transformar direitos. E imediatos, porque os efeitos se produzem no caso concreto. Com essa afirmação, ficam afastados do conceito de ato administrativo os atos normativos, porque produzem efeitos gerais e abstratos.
Quando digo que o ato administrativo se submete a regime jurídico de direito público, eu afasto os atos de direito privado da Administração. Quando digo que ato administrativo está sujeito a controle pelo Poder Judiciário, estou distinguindo da sentença judicial, que também produz efeitos jurídicos no caso concreto e também se sujeita à lei.

Com relação aos pressupostos do ato administrativo, eu começaria fazendo uma observação sobre a própria palavra pressuposto. Alguns autores preferem falar em elementos do ato administrativo, outros falam em requisitos. O Professor Celso Antônio Bandeira de Mello é que gosta de falar em pressupostos, em um tratamento todo diferenciado dado à matéria. Eu falo em elementos e em requisitos. Elementos seriam as condições de existência do ato; no direito privado, são elementos o sujeito, o objeto e a forma. Requisitos são as condições de validade. Desse modo, quando falamos em agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei, estamos falando nos requisitos de validade.

Na realidade, a terminologia – elemento, requisito ou pressuposto – é meio irrelevante, porque o que importa é analisar cada um desses elementos e requisitos de validade. Eu opto por essa terminologia, porque ela está consagrada no direito positivo brasileiro, em especialmente na Lei de Ação Popular – Lei nº 4.717/1965. No artigo 2º, ela define os vícios dos atos administrativos e fala nos cinco elementos do ato: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Nos parágrafos do mesmo dispositivo, a lei define os vícios de cada um dos elementos.

Portanto, essa é a terminologia que adoto, com uma ressalva quanto à indicação da competência entre os elementos; na realidade, a competência é um atributo ou um requisito de validade do sujeito. Por isso, eu prefiro falar em sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade como elementos do ato administrativo.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, no direito privado, fala-se apenas em três elementos: sujeito, objeto e forma, enquanto no direito administrativo existem dois elementos a mais, que são o motivo e a finalidade. Esses dois elementos passaram a ser vistos como elementos do ato administrativo exatamente para permitir a ampliação do controle do Poder Judiciário sobre os atos da Administração Pública. Inicialmente, só se admitia o controle judicial sobre o sujeito, o objeto e a forma. Não se admitia, por exemplo, que o Judiciário examinasse os fatos, para verificar se existiram ou não, se eles têm ou não têm fundamento legal, porque se entendia que a apreciação dos fatos é matéria de apreciação discricionária da Administração Pública. Para ampliar o controle, elaborou-se a teoria dos motivos determinantes e se passou a aceitar que o Judiciário possa examinar o motivo. Daí a razão pela qual o motivo hoje é considerado um elemento do ato administrativo.

A mesma coisa aconteceu com relação à finalidade. Inicialmente se entendia que a finalidade, a intenção com que o ato é praticado, é alguma coisa que diz respeito à moral e, portanto, ficava fora do controle judicial. Com a teoria do desvio de poder, passou-se a admitir ao Judiciário examinar a finalidade do ato, que passou a ser considerada elemento do ato administrativo.

Examinando, separadamente, cada um dos elementos, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que, com relação ao sujeito, são diferentes os requisitos de validade do ato administrativo, quando comparado com os atos de direito privado. Com efeito, no direito privado, o requisito de validade é a capacidade do agente. No direito administrativo, exige-se capacidade também, mas principalmente se exige competência, entendida como uma atribuição outorgada por lei. A competência tem que ser analisada em relação a três aspectos: em primeiro lugar, em relação à pessoa jurídica, para definir se a competência é da União, dos Estados ou dos Municípios; a distribuição de competência, no caso, consta da Constituição Federal. Em segundo lugar, a competência tem que ser analisada em relação aos órgãos administrativos; dentro de cada pessoa jurídica, a Administração Pública é organizada, estruturada, por meio de lei, com a distribuição de competências entre os vários órgãos que compõem a estrutura administrativa. Finalmente, a competência tem que ser vista em relação ao agente público a que a lei confere a atribuição.

Toda a competência decorre de lei. Porém, às vezes, ocorre uma omissão legislativa. Havia uma grande dificuldade, quando eu trabalha na Procuradoria do Estado, quando surgia essa pergunta: quem é competente para praticar determinado ato quando a lei é omissa? Eu adotava o entendimento de que, na omissão da lei, o competente é o Chefe do Executivo, porque ele congrega todas as competências da Administração Pública. Tudo aquilo que não foi outorgado a nenhum órgão é da competência do Chefe do Poder Executivo.

Na lei federal de processo administrativo, foi adotada outra norma, no artigo 17: inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir. Como a norma consta da lei federal, só aplicável à União, continuo a entender que nos Estados e Municípios, continua a aplicar-se o entendimento de que, na omissão da lei, a competência é do Chefe do Poder Executivo.

A competência tem alguns requisitos. Em primeiro lugar, ela decorre da lei. Quando se fala em lei, nesse caso, tem-se em vista lei como ato legislativo; não há possibilidade da competência ser definida por via de decretos, portarias, resoluções, a não ser que se trate de uma distribuição interna de competências, que produz efeitos apenas internamente.

Além de prevista em lei, a competência é irrenunciável ou é inderrogável pela vontade da Administração ou de terceiros. Isto porque a competência é dada à autoridade pública para ser exercida no interesse público e não no interesse da própria autoridade. Ela não pode deixar de exercer uma competência, porque todos os poderes da Administração são irrenunciáveis. A Administração não pode deixar de punir se verificou uma infração, não pode deixar de apurar um fato se teve denúncia de irregularidade, não pode deixar de exercer o poder de polícia, porque são poderes outorgados em benefício do interesse público. A omissão no exercício do poder, hoje, caracteriza ato de improbidade, quando não caracteriza crime contra a administração.

quando não caracteriza crime contra a administração.

Outra característica da competência é que ela é delegável, a não ser que se trate de competência outorgada com exclusividade para determinado órgão ou autoridade. Por exemplo, a Constituição Federal, no artigo 84, prevê as competências privativas do Presidente da República e, no parágrafo único, diz quais as competências que podem ser delegadas. São apenas quatro; todas as demais são indelegáveis.

Na esfera federal, a Lei de Processo Administrativo contém uma norma no artigo 11, segundo a qual a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação, legalmente admitidos. Depois, no artigo 12, diz que um órgão administrativo e seu titular poderão, se nãop houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que esses não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica e territorial. Parece estranha essa possibilidade de delegar competência a uma autoridade que não esteja hierarquicamente subordinada àquela que faz a delegação. Isto contraria o próprio conceito de hierarquia da Administração Pública, mas está previsto na lei. A lei estadual não previu essa possibilidade e cuida da matéria no artigo 19, permitindo a delegação, salvo proibição legal e, no artigo 20, diz quais são as hipóteses em que a delegação não pode ser feita. Por exemplo, não pode ser delegada competência normativa, não pode ser delegada competência política.

A possibilidade de avocação também é uma característica da competência. O artigo 15 da Lei federal restringiu a possibilidade de avocar, só permitindo, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, porque a avocação é sempre sentida pelo servidor quase como uma punição. A Lei estadual limita-se a permitir a avocação e não prevê nenhuma restrição.

Com relação aos vícios relativos ao sujeito, eu diria que um deles é a incapacidade. Existe um entendimento defendido por parte da doutrina, no sentido de que, quando o ato é vinculado, a incapacidade ou capacidade do agente é irrelevante. Uma vez até caiu uma pergunta em um concurso de Procurador do Estado. A hipótese era a seguinte: um servidor requereu a aposentadoria compulsória e teve seu pedido deferido; depois se descobriu que a autoridade que concedeu a aposentadoria era louca, literalmente louca. Daí a pergunta: o ato é válido? É nulo? É anulável? É convalidável? A resposta considerada certa era a de que aquele ato era válido, porque se adotou o entendimento de que, no ato vinculado, como é o caso da aposentadoria compulsória, a capacidade do agente é irrelevante, porque a aposentadoria teria que ser concedida obrigatoriamente.

Eu já acho que, mesmo para os atos vinculados, a capacidade é relevante; naquele caso específico houve coincidentemente o deferimento do pedido. E se o pedido tivesse sido indeferido? Entendo que a decisão tinha obrigatoriamente que ser revista por uma autoridade capaz, para verificar se o ato está ou de acordo com a lei. Não é porque se trata de ato vinculado que o louco vai caminhar para a solução correta. No caso, eu consideraria esse ato anulável e convalidável.

O outro vício relativo ao sujeito é a incompetência, que é o vício mais comum, que ocorre quando a autoridade pratica o ato sem ter competência legal para praticá-lo. Dentro dessa modalidade, existem várias possibilidades. Além dessa simples incompetência, existe a hipótese de usurpação de função, que é um crime previsto no artigo 328 do Código Penal. Nesse caso, o ato é praticado por que não tem a condição de servidor público de nenhuma espécie. Ele simplesmente se apossou do exercício de um cargo público e praticou um ato qualquer. Esse ato é ilegal ou, segundo alguns, é inexistente.

Outro vício, ainda relativo à competência, seria o excesso de poder, que ocorre quando a autoridade vai além daquilo que ela teria competência para praticar. Por exemplo, ela só pode aplicar a pena até de suspensão, mas aplica a pena de demissão. Outro exemplo é o do policial que se excede no uso da força. Ele tem competência para atuar, mas se excede no uso dos meios que a lei lhe dá para atingir os fins de interesse público. No caso de excesso de poder, existem algumas hipóteses que são previstas como crime de abuso de autoridade na Lei 4.898, de 1965.

Outra irregularidade, ainda com relação ao sujeito, é o chamado exercício de fato da função pública. O exercício de fato (que permite falar em funcionário de fato, em oposição ao funcionário de direito) seria a prática do ato por pessoa que está investida em cargo, função ou emprego público, mas existe uma irregularidade na sua investidura. Por exemplo, o servidor precisava ter nível superior e não tem; ou foi nomeado para cargo inexistente; ou continua a trabalhar após completar 70 anos de idade. Em todos esses casos, existiu o ato de investidura, porém de alguma forma a situação contraria a lei.

A grande peculiaridade desse vício é que ele não acarreta necessariamente a invalidação do ato. Embora praticado por uma pessoa que não está regularmente investida, o ato é considerado válido, em respeito à boa-fé do terceiro beneficiário do ato. Apenas no caso de má-fé do terceiro é que o ato vai ser invalidade.

A Lei federal previu ainda dois vícios de incapacidade que seriam o impedimento e a suspeição, que não estão previstos na lei estadual, mas ainda assim podem ser aplicados, até por analogia com o

direito judiciário. Quando uma pessoa, que seja impedida ou que seja suspeita, pratica um ato, na realidade, há uma certa infringência ao princípio da moralidade e ao princípio da impessoalidade. O impedimento traz uma presunção absoluta, que não admite prova em contrário, tanto que, se a pessoa impedida praticar o ato, diz a lei que ele pratica falta grave, para efeitos disciplinares. Seria o caso da pessoa que tem interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parentes afins até o terceiro grau e, ainda, quando ele esteja litigando, judicial ou administrativamente, com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro. Tais situações caracterizam impedimento absoluto.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 - Pag. Inicial

Já a suspeição encerra uma presunção apenas relativa, porque, se ninguém invocá-la, o ato fica válido. É o que acontece quando a pessoa tem amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Quer dizer que a solução que a Lei federal adotou, por analogia ao próprio Código de Processo Civil, tem normas muito semelhantes às deste. O fato de não haver na Lei estadual ou municipal uma norma prevendo impedimento ou suspeição não impede que isto seja aplicado, como já se aplicava anteriormente. Como é que se poderia admitir, por exemplo, que numa banca de concurso pública participasse uma pessoa que é irmão, parente ou cônjuge de um candidato? Isto fere o princípio da moralidade administrativa.

O segundo elemento do ato administrativo é o objeto. O objeto é o efeito jurídico que o ato produz. O que o ato faz? Ele cria um direito? Ele extingue um direito? Ele transforma? Quer dizer, o objeto vem descrito na norma, ele corresponde ao próprio enunciado do ato. Quando se diz: fica aplicada a pena de demissão ao servidor público, esse é o objeto do ato. Ele está atingindo a relação jurídica do servidor com a Administração Pública. O objeto decorre da própria lei.
Requisitos de validade do objeto: ele tem que ser lícito, possível de fato e de direito, certo quanto aos destinatários, moral, ou seja, tem que ser honesto, tem que estar de acordo com o senso comum, com os padrões comuns de honestidade.

O vício. Quando o objeto é ilegal? Pela lei de ação popular, a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou ato normativo. Na realidade, ela está considerando apenas uma hipótese de ilegalidade do objeto, em que ele contraria uma norma legal, mas existem outras hipóteses de objeto inválido. Uma delas é a do objeto imoral; outra é a do objeto impossível, como a nomeação de uma pessoa para um cargo que não existe; também é o caso do objeto indeterminado quanto aos destinatários.

No que diz respeito à forma, costumo dizer que ela pode ser entendida em dois sentidos: podemos considerar a forma em relação ao ato, isoladamente, e, nesse caso, ela pode ser definida como a maneira como o ato se exterioriza; ele pode ter a forma escrita, verbal, ter a forma de decreto, de resolução, de portaria; o ato é considerado isoladamente. Em outro sentido, a forma pode ser entendida como formalidade que cerca a prática do ato: aquilo que vem antes, aquilo que vem depois, a publicação, a motivação, o direito de defesa; abrange as formalidades essenciais à validade do ato. Seja no caso de desobediência à forma, seja no caso de faltar uma formalidade, o ato vai poder ser invalidade.

No artigo 2º da lei de ação popular, está estabelecido que o vício de forma consiste na omissão ou na observância, incompleta ou irregular, de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

Normalmente se diz que a Administração Pública está sujeita a excesso de formas, mas na Lei federal de processo administrativo o princípio que se adotou como regra foi o do informalismo. Como regra geral, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigi; quer dizer que, se a lei não exigir nada, a forma é livre.

No artigo 2º da lei, onde estão mencionados os princípios, há algumas orientações importantes também relativas à forma. Por exemplo, os incisos VIII, IX e X. O inciso VIII determina a observância apenas das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados. Por outras palavras, o formalismo somente se justifica na medida em que seja essencial à garantia dos administrados; devem ser evitadas as formas inúteis, que não servem para nada.

O inciso IX estabelece como norma a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados. E o inciso X garante os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

Na realidade, a forma e a formalidade, no direito administrativo, são importantes como meios de controle da Administração Pública, porque se o ato não ficar documentado,, se ele não tiver uma forma escrita, se ele não observar determinadas formalidades, fica difícil o controle, tanto pelo Judiciário como pelo Tribunal de Contas ou pela própria Administração Pública. Como é que ela vai controlar aquilo que não seja documentado? E a forma também é importante para proteção dos administrados

aquilo que não seja documentado. E a forma também é importante para proteção dos administrados, dos direitos individuais, na medida em que a forma é que vai permitir o controle. Porém, não se deve exagerar no formalismo.

Com relação ao motivo, eu sempre o relaciono com o fato; motivo é o fato. Costuma-se definir o motivo como o pressuposto de fato e de direito do ato administrativo. O motivo precede à prática do ato, ele é alguma coisa que acontece antes da prática do ato e que vai levar à administração a praticar o ato. Por exemplo, o funcionário pratica uma infração, a infração é o fato. O ato é a punição e o motivo é a infração; ele tem um fundamento legal, embora nem sempre a lei defina o motivo com muita precisão; normalmente quando nós falamos com base no artigo tal, nós estamos mencionando o motivo, o pressuposto de direito, porque aquele fato vem descrito ou vem previsto na norma; na hora em que aquele fato descrito na norma acontece no mundo real, surge um motivo para a administração praticar o ato.

Por exemplo, a lei diz: o funcionário que faltar 30 dias consecutivos incide em abandono de cargo. A falta por 30 dias é a infração, que levara a Administração a instaurar o processo e aplicar a pena.

Cabe ressaltar que o motivo não é a mesma coisa que a motivação. A motivação, embora tenha muita relação com o motivo, é uma formalidade essencial ao ato, ela não é o próprio motivo. Na motivação, a Administração Pública vai indicar as razões, quais foram os fatos, qual é o fundamento de direito, qual o resultado almejado; ela vai dar a justificativa do ato; ela pode até na motivação indicar qual foi o motivo, qual foi o fato que a levou a praticar aquele ato, mas não é a mesma coisa.

Quando dizemos que o ato é ilegal com relação ao motivo? Quando o fato não existiu ou quando existiu de maneira diferente do que a autoridade está dizendo. Quando ela diz que está mandando embora o funcionário porque não tem verba para pagar, o motivo é inexistência de verba, mas se existir verba, aquele motivo é falso, ela alegou um fato inexistente. Ou um funcionário pratica uma infração e a autoridade o pune por outra infração, diferente daquela que justificaria uma outra punição, então o motivo é ilegal.

Pela Lei de Ação Popular, o vício relativo ao motivo ocorre quando a matéria, de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido. Vejam vocês que essa Lei é de 1965 e já no conceito referido está embutido o princípio da razoabilidade, quando ela fala que é ilegal o motivo, se for materialmente inexistente ou juridicamente inadequado ao resultado obtido. Ele está praticando que exigindo uma relação entre meios e fins; sem usar a expressão razoabilidade, o dispositivo já consagrou o princípio.

A finalidade. A finalidade é o resultado do ato administrativo, só que, enquanto o objeto é o efeito jurídico imediato, a finalidade é o resultado mediato que se quer alcançar. Quer-se alcançar a disciplina, quer-se alcançar a boa ordem, quer-se alcançar uma série de coisas, fundamentalmente, quer-se alcançar o interesse público. Mas a palavra finalidade também é vista em dois sentidos. Por exemplo, no livro do Helly Lopes Meirelles, é dito que a finalidade de todo ato administrativo é o interesse público; nesse caso, a finalidade é considerada em sentido amplo; qualquer ato que seja contrário ao interesse público é ilegal.

Por exemplo, uma desapropriação que seja feita, não porque a administração necessita daquele bem, mas porque está querendo prejudicar, aborrecer um inimigo político, não está sendo feita para atender o interesse público.

Mas existe um outro sentido para a palavra finalidade que é o resultado específico que cada ato deve produzir em decorrência da lei. Para cada finalidade que a Administração quer alcançar, existe um ato adequado para atingi-la. Se a Administração quer expulsar dos quadros do funcionalismo um funcionário que praticou uma falta muito grave, a única medida, o único ato possível é a demissão. Ela não pode usar, com essa finalidade punitiva, um ato que não tem finalidade punitiva , ela não pode exonerar, por exemplo, ainda que seja um funcionário em comissão, que praticou uma infração; se ela está exonerando com a intenção de punir, o ato é ilegal, quanto à finalidade, porque a exoneração não tem caráter punitivo; isto caracteriza um vício de finalidade, conhecido como desvio de poder.

Um exemplo muito comum: remover o funcionário "ex-officio", a título de punição; isto é muito comum, o funcionário é mandado para o outro lado do fim do mundo, a título de punição. Então, ao invés de se instaurar um processo e aplicar a penalidade adequada, usa-se a remoção, com caráter punitivo, quando ela não tem uma finalidade punitiva; isso é um vício relativo à finalidade.

TCMSP
Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Atas Pautas Editais Escola de Contas Institucional Consultas Legislação Doutrina Qualidade Relatórios S.E.R.I. Informativo

◀ - Pag. Inicial - ▶

Esse vício é chamado desvio de poder ou desvio de finalidade e está definido na lei de ação popular; ocorre quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Vocês sabem que hoje o desvio de poder é um ato de improbidade administrativa. O artigo 12 da lei de improbidade, quando fala dos atos que atentam contra os princípios da administração, sem usar a palavra desvio de poder, dá um conceito que equivale ao de desvio de poder. Uma autoridade que pratica um ato com uma finalidade diversa, está praticando um ato de improbidade administrativa.
Todos sabem que a grande dificuldade do desvio de poder é a prova, pois é evidente que a autoridade que pratica um ato com desvio de poder, procura simular, procura mascarar; ela pode até fazer uma justificação dizendo que está praticando o ato porque quer beneficiar tal interesse público, está removendo funcionário para atender à necessidade do serviço; ela não vai dizer que é por uma razão ilegal. Então, o desvio de poder é uma simulação, porque mascara a real intenção da autoridade.

Existem casos de desvio de poder confessos, mas são meio raros. Eu sempre conto a esse propósito o caso de um Governador, que, perguntado porque construiu um teatro tão grande e tão oneroso numa cidade tão pequena, respondeu: pedido de sogra não se rejeita. Ele quis construir porque a sogra era daquele município e sonhava em ter um teatro. Isto é um caso de desvio de poder, em que o seu autor confessou o ato e sua declaração saiu em todos os jornais; mas é evidente que isto é uma coisa difícil de acontecer.

Bom, vistos os cinco elementos, vamos falar um pouqo sobre as ilegalidades, quer dizer, as nulidades do ato administrativo.

No Direito Civil, nós temos as nulidades absolutas e as relativas que estão previstas nos artigos 166 e 171 do Código Civil. Sabemos que no Direito Privado, quando a nulidade é absoluta, o vício não pode ser sanado e o juiz pode decretá-la de ofício, não dependendo de provocação do interessado.

E na nulidade relativa, o vício é sanável e o juiz só vai decretá-la se houver provocação do Ministério Público ou de algum interessado.

No Direito Administrativo, alguns negam a possibilidade de se aplicar a mesma distinção; e quando eu falo em alguns, eu estou incluindo aquele que foi o papa do Direito Administrativo durante muito tempo, Helly Lopes Meirelles; ele dizia em seu livro que não existe no Direito Administrativo aquela distinção; ele achava que qualquer tipo de ilegalidade no Direito Administrativo caracteriza uma nulidade absoluta, porque a Administração Pública tem sempre o poder de anular, de invalidar os próprios atos, nunca dependendo de provocação do interessado.

Agora não é, evidentemente, o pensamento que prevalece e nem aquele que se aplica na prática, porque na prática da Administração Pública é muito comum a convalidação dos atos administrativos. Mas a distinção que fica no Direito Administrativo é a seguinte: a nulidade é relativa quando o ato pode ser convalidado e a nulidade é absoluta quando o ato não pode ser convalidado. E é aí que vem a pergunta: quando ele pode e quando não pode ser convalidado? A resposta é: depende do vício do ato, ou seja, depende do elemento do ato administrativo que está eivado de vício.

Eu diria que dois tipos de vícios admitem convalidação: o vício relativo ao sujeito e o vício relativo à forma, só. Os outros elementos, se estiverem viciados, geram nulidade absoluta e não permitem a convalidação do ato.

Com relação ao sujeito, se o ato é praticado por uma autoridade incompetente, é perfeitamente possível que a autoridade competente venha convalidar o ato. Na Lei Estadual sobre processo administrativo, o artigo 11 diz: a Administração poderá convalidar seus atos inválidos quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal. Está repetindo, está falando aquilo que eu disse e que já era entendimento de doutrina, desde que, na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato e não se trata de competência indelegável. E na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

É evidente que se tratar de competência, a minha idéia é a seguinte: se o vício de incompetência for relativo à pessoa jurídica, eu acho que ele gera nulidade absoluta e não admite convalidação. Por

relativo à pessoa jurídica, eu acho que ele gera nulidade absoluta e não admite convalidação. Por exemplo, a competência era da União e o Município praticou o ato, não há como convalidar.
Agora, se for um vício dentro da mesma pessoa jurídica, como a hipótese em que a competência era de um órgão e foi outro que praticou o ato, ou se era uma autoridade e foi a outra que praticou, eu acho que é perfeitamente possível a convalidação.

No caso relativo á forma, vocês sabem que existem algumas formas essenciais e algumas formas acessórias. A grande dificuldade é a gente saber quando a forma é essencial e quando é acessória.
Em alguns casos, é fácil. Por exemplo, se uma formalidade é exigida pela própria Constituição, é evidente que ela é essencial. Você vai aplicar uma penalidade sem assegurar o direito de defesa, você está gerando uma nulidade absoluta, você tem que invalidar o processo pelo menos até o ponto em que seja necessário assegurar o direito de defesa, você volta e repete todos os atos.
Na licitação, que é um procedimento formalista rígido, você pode ter feito a convocação dos interessados por todos os meios admitidos em direito, pela internet, fax, telefone, ofício, porém, se você não publicou o edital, que é um ato essencial, você não tem como convalidar.

Se for uma forma acessória é mais fácil, mas continua aquela idéia, às vezes ficam dúvidas se é acessória ou não.

A Lei Estadual deu algumas indicações que podem servir de orientação.

Agora, hipóteses em que não cabe convalidação são aquelas em que o vício seja relativo ao motivo, ao objeto e à finalidade.

No caso do motivo e da finalidade, eu diria que há uma impossibilidade até de fato, porque a lei não precisa dizer; imaginem que a Administração Pública praticou um ato e o motivo, quer dizer, o fato não existiu ou o fato foi diferente daquele que a administração declarou; como é que você vai corrigir o fato? É impossível corrigir o fato.

A administração aplicou uma pena porque diz que o servidor praticou uma infração, mas ele não praticou a infração; como é que você vai corrigir? É uma nulidade absoluta.

É a mesma coisa com relação à finalidade. Se a autoridade praticou o ato com uma finalidade que não era aquela própria do ato, você também não tem como corrigir o desvio de poder, que é alguma coisa que está na intenção da pesso; não há como corrigir a intenção.

Vejam que o desvio de poder, eu acho que já falei no começo, era originariamente um vício de moralidade, por isso ele escapava ao controle do Poder Judiciário, justamente porque ele diz respeito à intenção da pessoa. Ele passou a ser considerado um vício de ilegalidade para permitir o controle pelo Poder Judiciário, mas nem por isso se admite a convalidação.

E com relação ao objeto, o que é possível é a figura da conversão que é muito pouco aplicada na Administração Pública, porque no caso da conversão, aquele mesmo ato que seria ilegal para um determinado fim, pode ser legal de uma outra forma. Por exemplo, a concessão de uso de bem público exige autorização legislativa e a permissão de uso não exige.

A administração fez uma concessão de uso sem autorização legislativa. Aquele ato, como permissão precária, seria válido, porém, como concessão, é inválido. Então, o que a Administração Pública pode fazer é converter a concessão numa permissão, porque como permissão vai ser válida e vai dar efeito retroativo.

A utilidade da convalidação e da conversão é aproveitar os efeitos já produzidos, porque se você for anular, você vai ter que apagar todos os efeitos, se você convalidar ou se você converter o ato, você está dizendo que aqueles efeitos já produzidos são válidos, são legais.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 - Pag. Inicial

Um outro instituto sobre o qual é importante falar é o da confirmação.

Na confirmação se mantém o ato nulo, não se corrige a ilegalidade, mas se mantém conscientemente o ato como ilegal. Seriam hipóteses assim também excepcionais; eu tenho até medo de falar dessa possibilidade porque pode se fazer mau uso dela, mas o que a doutrina admite é que um ato ilegal pode ser mantido em determinadas circunstâncias, quando da invalidação do ato ilegal possa resultar um prejuízo maior para o interesse público do que da manutenção do ato.
Normalmente, a confirmação se dá pelo decurso do tempo. Já se passou tanto tempo que hoje, se fosse invalidado o ato, o prejuízo seria maior.

Por exemplo, a Administração faz a concessão de uso de uma área que não tinha nada, era um charco, e as pessoas que foram beneficiadas vão lá, fazem uma urbanização, utilizam, enfim, dão uma utilidade pública àquela área.

Depois vai se descobrir que houve uma irregularidade no ato de concessão. Quer dizer, se você for anular aquilo, você vai causar um prejuízo maior para o interesse Público; então, mantém-se o ato.

Normalmente se exige, para a manutenção do ato ilegal, que ele não cause dano ao Erário, que ele não cause dano a direitos de terceiros porque se ele ferir direitos de terceiro, esse terceiro vai impugnar o ato.

E exige-se também que a pessoa não tenha agido de má-fé, que o destinatário não tenha agido de má-fé.

Também sempre conto um caso da jurisprudência, em que um aluno fez vestibular pela FUVEST, com base numa liminar obtida na Justiça; teve a inscrição dele indeferida, pediu a liminar e fez o vestibular.

Ganhou na primeira instância, ganhou na segunda instância e continuou fazendo Faculdade.
Quando chegou na esfera Federal, no Supremo, ele perdeu o mandado de segurança, quando já tinha terminado a Faculdade. Vai se anular todo o curso que ele fez?

Quer dizer, o prejuízo seria muito maior. O dinheiro que se investiu nele estaria perdido; a confirmação do ato não estará causando prejuízo a ninguém, porque ninguém mais poderia competir com ele e não houve má-fé, já que ele foi beneficiado por uma liminar concedida pela Justiça; nesse caso, o próprio Judiciário entendeu que o ato deveria ser mantido.

Eu vou falar uma palavrinha sobre anulação e revogação, porque já estamos em cima da hora.
Acho que é mais fácil anulação e revogação do que a convalidação porque a anulação é o desfazimento de um ato por vício de ilegalidade.

Ela produz efeitos retroativos à data em que o ato foi praticado. Ela pode ser feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

A Lei Paulista criou todo um procedimento para fazer a anulação do ato, dos artigos 57 a 61, falando em requerimento, em audiência do órgão jurídico, direito de defesa.

É também alguma coisa que, de certa forma, já se praticava, mas hoje está sendo obrigatório.
Quer dizer, na realidade, como a Administração Pública tem esse poder de anular "ex-officio" o seu ato, o que se discutia é se havia necessidade de assegurar o direito de defesa e o próprio Judiciário estava já caminhando no sentido de que era necessário ouvir o interessado. Agora, a Lei Paulista praticamente consagrou isso.

Na esfera Federal a Lei não prevê esse procedimento.

E com relação à revogação? Ela se faz por razões de mérito, ou seja, de oportunidade e conveniência, só podendo ser feita pela própria Administração Pública; o Judiciário pode revogar os seus próprios atos administrativos, mas não no exercício da função jurisdicional. Só quem pratica o ato ou o órgão que esteja agindo na função administrativa pode revogar um ato administrativo.

A revogação não retroage, porque ela atinge o ato válido, o ato legal. Os efeitos já produzidos têm que ser respeitados.

E ela sofre algumas limitações.

Em primeiro lugar: não podem ser revogados os atos vinculados, porque os atos vinculados geram direitos subjetivos. Por exemplo, se foi concedida aposentadoria para um servidor, é porque ele preencheu os requisitos. É um direito dele, o de se aposentar. A Administração não pode revogar a aposentadoria. Ela pode anular, se for ilegal, mas não pode revogar.

Não pode revogar os atos que já exauriram os seus efeitos. Quer dizer, a revogação supõe sempre um ato que ainda esteja produzindo efeitos e o que a revogação faz, na realidade, não é desfazer o ato original, esse ato é respeitado. Ela tira do ato a possibilidade de continuar a produzir efeitos. A pessoa tem uma permissão de uso de um bem público, que é válida, ela vem utilizando aquele bem. A Administração pode revogar, de tal modo que a partir daquela data, a permissão deixa de produzir efeitos. Mas se o ato já exauriu seus efeitos, porque a permissão foi dada por um prazo que já terminou, não vai mais se cogitar de revogação.

Também não se pode revogar quando a autoridade já exauriu a sua competência, quer dizer, o ato já saiu da competência dela, já está na mão da autoridade de nível superior.

Não podem ser revogados os atos enunciativos, porque eles não produzem efeitos. Você não vai revogar uma certidão, um atestado, uma informação.

Não podem ser revogados os atos que integram um procedimento, pois a cada novo ato, ocorre a a preclusão com relação ao ato anterior. Por exemplo, você tem as várias fases da licitação e não vai revogar um ato do procedimento. Quando praticou o ato subseqüente, o ato anterior já ficou precluso.

Também não podem ser revogados os atos que gerem direitos adquiridos e isto consta da parte final da Súmula 473 do Supremo.

Esta Súmula reconhece o direito da Administração de anular e revogar os atos, anular os atos ilegais e revogar os atos inoportunos e inconvenientes, respeitados os direitos adquiridos.

Esse "respeitados os direitos adquiridos" é evidente que só está se referindo à revogação, à anulação, não. A Súmula diz, na parte inicial, que a Administração pode anular os atos ilegais porque eles não geram direitos, mas a revogação tem que respeitar direitos adquiridos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 - Pag. Inicial

RECEBIDO NO GP EM
06/01/14
ÀS: 14 HORAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

EXPEDIENTE: TC-46593/026/13.

INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça de Tremembé.

ASSUNTO: Encaminha, para conhecimento e eventuais providências, cópia do Inquérito Civil nº14.0461.0000425/2013-7 *(Representado: Prefeitura Municipal de Tremembé; Assunto: Irregularidades Administrativas - Nulidade de Ato Administrativo - Lei nº 7.347/1985).*

De ordem do Senhor Presidente, diga o douto G.T.P.

GP, 07 de janeiro de 2014.

MARCELO PEREIRA
Chefe do Gabinete da Presidência

srm.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Expediente: TC-046593/026/13

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo - Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Márcio Fernando Elias Rosa

Assunto: Solicita informações acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Tremembé, concernentes à administração e à nulidade de ato administrativo, visando instruir inquérito civil

Ao Responsável pela UR-14,

O **Ministério Público do Estado de São Paulo - Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Márcio Fernando Elias Rosa**, solicita informações acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Tremembé, concernentes à administração de pessoal e à nulidade de ato administrativo, visando instruir inquérito civil.

Para melhor atender a r.determinação da E.Presidência, solicitamos que seja verificado se matéria em tela foi objeto de comentários em relatórios de fiscalização, ou vista em processos específicos.

GTP, em 09 de janeiro de 2014.

Mauricio A. Varnieri Ribeiro
Assessor Procurador-Chefe

MMSG.

À
Equipe 14-1 para cumprir a determinação
de fls. 29.
GDUR-14, em 14/02/24

José Rubens Monteiro
Responsável
UR-14 - Guaratinguetá

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR-14

Processo: TC-2963/026/10

Entidade: Prefeitura Municipal de Tremembé

Assunto: Contas Anuais

Exercício: 2010

Prefeito : Sr. José Antonio de Barros Neto

Período: 1°.1.2010 a 31.12.2010

Relator: Dr. Fulvio Julião Biazzi

Instrução: UR.14 / DSF-II

CÓPIA

Senhora Responsável por Equipe Técnica de 14.1,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, inciso II, da Lei Complementar n.° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. *Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;*
2. *Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP;*

Pela análise efetuada **com base nos dados informados pela origem, constatamos** o cumprimento do previsto no inc. III do art. 167 da CF/88."

B.2.2 DESPESA DE PESSOAL

Período	dez/09	abr/10	ago/10	dez/10
% Permitido Legal	54%	54%	54%	54%
Gastos - A	27.839.002,59	28.258.271,73	28.920.895,20	30.874.741,89
(+) Inclusões da Fiscalização - B		0	0	-
(-) Exclusões da Fiscalização - C		0	0	-
Gastos Ajustados - D		28.258.271,73	28.920.895,20	30.874.741,89
RCL - E	52.529.718,43	52.352.598,80	54.891.492,02	56.628.673,33
(+) Inclusões da Fiscalização - F		0	0	-
(-) Exclusões da Fiscalização - G		0	0	-
RCL Ajustada - H		52.352.598,80	54.891.492,02	56.628.673,33
% Gasto = A / E	53,00%	53,98%	52,69%	54,52%
% Gasto Ajustado = D /H		53,98%	52,69%	54,52%

Pela análise efetuada com base nos dados enviados pela origem, verificamos que a despesa total com pessoal superou o limite previsto no artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Importante destacar que todas as situações apresentadas abaixo, com referência às prestações de serviços sem concurso, os respectivos cargos encontram-se todos eles contemplados no Quadro de Pessoal relativo ao exercício de 2010, às fls. 1769/1775 do Anexo VIII, razão pela qual poderia ser dada continuidade na ordem classificatória de concursos e/ou processos seletivos até então em vigor.

CÓPIA

Nesse sentido, informamos ainda que o percentual de 54,52% em gastos com pessoal exposto na tabela às fls. retro não

está contemplando as prestações de serviços onde destacaremos a seguir:

B.2.2.1 - MOTORISTA DE VEÍCULO OFICIAL ADMITIDO SEM CONCURSO CONSOANTE DENÚNCIA APRESENTADA NO EXPEDIENTE TC-18792/026/11:

No exercício apurado foi feita verificação por amostragem quanto à contratação de motoristas em caráter direto, ou seja, sem concurso público onde denotamos consoante cópias de alguns contratos às fls. 659/698 do Anexo IV, acompanhados por memorandos assinados pela Sra. Secretária de Ação Social, onde solicita a formalização do recibo para cada prestador de serviço às fls. 663, 669, 670, 674, 678, 685, 686, 690, 694 e 695, do Anexo IV e que os prestadores de serviços de motoristas foi junto ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

CÓPIA

Conforme relatório de prestação de serviços de autônomos fornecidos pela origem, de competência 01/2010 a 12/2010, fls. 714/836 do Anexo IV, verificamos que as despesas com motoristas importaram em R$ 41.844,89.

Computamos ainda a despesa não discriminada nos demonstrativos em nome de Sidnei Hissao Takayama, onde prestou serviços de motorista de caminhão basculante no valor de R$ 15.600,00, porém, destacada no Memorando Interno nº 237/2010, da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos e no analítico credor, demonstrados às fls. 697/698 do Anexo IV, salientando-se que o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tremembé apresenta o cargo de Motorista de Caminhão, conforme fls. 1769/1775 do Anexo VIII.

Verifica-se que o Sr. Valter Ramos prestou serviços

em duas funções distintas, quais sejam, Motorista e Vigia, funções estas igualmente combatidas no Expediente TC-18792/026/11, computando-se desta forma, o montante global de R$ 24.240,22, percebido no exercício de 2010, conforme Demonstrativo do Analítico Credor às fls. 682 do Anexo IV. Destaca-se que as duas funções exercidas pelo interessado, encontram-se no Quadro de Pessoal extraído no exercício de 2010 pela Prefeitura Municipal de Tremembé.

CÓPIA

Por derradeiro, destacamos, que o Sr. Claudio Benedito Narezi, funcionário temporário do quadro da Prefeitura Municipal de Tremembé, conforme verificado no Sistema SisCAA, teria prestado serviço de Motorista Escolar no mês de fevereiro de 2010, percebendo a quantia de R$ 1.390,00 (um mil trezentos e noventa reais), conforme destacado às fls. 696 do Anexo IV.

B.2.2.2 – ELETRICISTA ADMITIDO SEM CONCURSO CONSOANTE DENÚNCIA APRESENTADA NO EXPEDIENTE TC-18792/026/11:

Verificamos em nossa fiscalização, que houve contratação direta, ou seja, sem qualquer pesquisa de preços vislumbrada por nós, de prestador de serviços elétricos para a manutenção dos veículos da Administração da Prefeitura Municipal de Tremembé, bem como, execução de serviço de engenharia elétrica nas escolas da Rede Municipal.

Pelos nossos exames, constatamos que os interessados que executaram os serviços mencionados no parágrafo anterior foram os Srs. Francisco Marcos Leme, pelos serviços de reparos nos veículos da administração municipal, onde percebeu a

importância de R$ 22.006,00, relativa ao exercício de 2010, conforme demonstrado no Analítico Credor, às fls. 837/838 do Anexo IV e , Leonardo de Paula, pelos serviços de engenharia elétrica nas escolas municipais, percebendo no exercício de 2010, a importância de R$ 34.380,00, devidamente demonstrado às fls. 841 do Anexo IV, bem como, para ambos os casos citados , no relatório dos prestadores de serviços autônomos fornecido pela Prefeitura Municipal de Tremembé, às fls. 714/836 do Anexo IV.

B.2.2.3 - DIVERSOS PRESTADORES DE SERVIÇOS POR CONTRATAÇÃO DIRETA:

Selecionamos para a análise do tópico acima, fragmentos de alguns contratos de prestação de serviços, inseridos às fls. 669/713 do Anexo IV, como Desenho Técnico para Desenvolvimento de Projetos Arquitetônicos, Estruturais, Hidráulico, Elétricos e Paisagismo da Secretaria de Planejamento e Obras Públicas no valor de R$ 8.000,00, bem como, de digitação e acompanhamento de projetos oriundos de convênios estaduais e federais da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos Municipais no valor mensal de R$ 1.333,00 e, ainda, prestadores de serviços nas funções de Assistente Social no valor de R$ 5.643,00, Psicóloga no montante de R$ 5.643,00, Coordenadora no valor de R$ 4.600,00 e por derradeiro, pelos nossos exames, Organizador Administrativo, no montante de R$ 1.700,00, sendo estas últimas funções mencionadas, quais sejam, Assistente Social, Psicóloga, Coordenadora e Organizador Administrativo, exercidas junto ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CÓPIA

Destacamos, por oportuno, que as funções mencionadas no parágrafo anterior, encontram-se contempladas no Quadro de Pessoal às fls. 1769/1775 do Anexo VIII.

B.2.2.4 – CONCLUSÃO DO TÓPICO:

Com referência a contratação direta de prestadores de serviços, contidos nos itens apostos, destacamos que o grande fato motivador do desequilíbrio orçamentário é o desperdício de recursos, que ocorre de diversos modos, **inclusive quando não se realiza pesquisa de preços**, como nos casos elencados acima.

Quando o Poder Público Municipal promove a contratação de serviços deve sempre, quando a função não estiver contemplada no quadro funcional da prefeitura, proceder à pesquisa de preços entre os prestadores de serviços, avaliando o valor, a funcionalidade e a qualidade na prestação de serviços.

CÓPIA

A priori, quando a prefeitura entrega o serviço ao primeiro prestador de serviço encontrado no mercado, a probabilidade de prejuízo para a Administração seria considerável, dependendo do tipo de serviço a ser prestado, conforme constatado por esta fiscalização em outros trabalhos realizados.

Destarte e concluindo nosso posicionamento, destacamos que as despesas expostas acima foram realizadas sem qualquer motivação e caracterização para tal realização do objeto, ensejando um possível descontrole dos gastos na Prefeitura Municipal de Tremembé, não havendo consonância entre os setores de Recursos Humanos e Financeiro, onde este deveria primar pelos corretos gastos e não pela falta de planejamento e muitas vezes provisão.

B.2.3 ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

	– REF. AMPL. DE CENTRO DE SAÚDE	ITEM	
2.4.2.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	490.468,31	1.971.954,99
2.4.2.2.99.10	REP. REC. FINANCEIRO – REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA PADRE JOSÉ COUTO	NÃO CONSTA ITEM	150.000,00
2.4.2.2.99.11	TRANSF. REC. FINANC. DESOBSTRUÇÃO DO LEITO RIO PARAÍBA DO SUL	NÃO CONSTA ITEM	54.140,00
2.4.2.2.99.12	TRANSF. REC. FINANC. – ESTRADA RODOLFO BONA, CHÁCARA NOVA VIDA	NÃO CONSTA ITEM	95.808,01
2.4.2.2.99.13	TRANSF. DE REC. FINANC. – CONVÊNIO FEHIDRO	NÃO CONSTA ITEM	88.666,73
2.4.2.2.99.14	TRANSF REC. FINANC. CHÁCARA CANAÃ	NÃO CONSTA ITEM	200.000,00
9.0.0.0.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	-4.295.255,98	-4.746.556,22
9.5.0.0.00.00	FUNDEB	-4.295.255,98	-4.746.556,22
9.5.1.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	-4.295.255,98	-4.746.556,22
9.5.1.0.00.06	DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEF IPVA	NÃO CONSTA ITEM	-451.300,24

CÓPIA

Diante do verificado entendemos que os dados apresentados não apresentam fidedignidade, demonstrando falhas graves, eis que a Prefeitura não atendeu aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e evidenciação contábil (artigo 83, da Lei Federal n° 4.320/64).

E.3 PESSOAL

E.3.1 QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.2010:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR-14

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Efetivos	1.010	1100	557	631	453	469
Em comissão	44	45	19	23	25	22
Total	1054	1145	576	654	478	491
Temporários	2009		2010		Em 31/12 de 2010	
Nº de contratados	234		171		114	

Assim, vê-se que, em 2010, foram admitidos 825 servidores, sendo 654 para cargos efetivos e 171 para funções temporárias. O correlato exame de legalidade está sendo feito no TC-985/014/11.

CÓPIA

Também, no ano examinado, admitiram-se 23 servidores para cargos em comissão, com atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF).

Neste diapasão mencionamos a Portaria nº 5.136/2010, datado de 09/06/2010, fls. 1776 do Anexo VIII, onde nomeia Leandra Mara Fim, para o cargo em comissão de Secretário de Administração.

A servidora acima mencionada exercia a função-atividade permanente de Fiscal de Postura, não contemplado no Quadro de Pessoal de 31/12/2010 expedido pelo Setor de Recursos Humanos, às fls. 1769/1775 do Anexo VIII.

Constatamos ainda, consoante pesquisa na instrução do Expediente TC-29817/026/09, que o Sr. Vice-Prefeito optou no exercício de 2009 pelas vencimentos de Servidor Público Municipal.

Todavia, tal aferição não logrou êxito no exercício em análise, tendo em vista que o Setor de Recursos Humanos não ofertou a esta fiscalização qualquer documento comprobatório neste

sentido, nem tampouco as folhas de pagamento do Sr. Vice-Prefeito.

Fragmentos do informe do TC-29817/026/09, juntamos às fls. 1910 do Anexo IX.

Não obstante, muito embora conste do documento que fica assegurado o direito de opção de receber os vencimentos decorrentes de sua função-atividade permanente de Fiscal de Posturas ou o valor do subsídio estabelecido para o respectivo cargo político, não foi fornecido pelo Setor de Recursos Humanos qualquer elemento para a fiscalização onde caracterizasse a formalização da opção dos vencimentos pela Sra. Secretária.

CÓPIA

Nessa mesma linha constatamos ainda as Portarias n°s. 5.164/2010 e 5.165/2010 às fls. 1777/1778 do Anexo VIII onde nomeiam respectivamente as Sras. Janaína Rezende Azevedo Gomes Matias para exercer em comissão o cargo de Coordenador Técnico de Tributação e Elaine Cristina Silva Couto para exercer em comissão o cargo de Chefe do Setor de Turismo da Prefeitura Municipal de Tremembé, ambas assinadas em 08/07/2010.

Com referência ao acima apontado, destacamos que ambas possuem funções efetivas na Prefeitura e constam ainda do cadastro de prestadores de serviços autônomos emitido pelo Setor de Recursos Humanos às fls. 714/836 do Anexo IV.

Destacamos ainda o descumprimento ao artigo 52 das Instruções n° 002/2008, tendo em vista a extemporaneidade no envio dos documentos para a análise da fiscalização, conforme depreende-se os documentos de fls. 1779/1792 do Anexo VIII.

O artigo 52 do mencionado diploma aduz que "a

documentação para a apreciação da legalidade e registro dos atos de admissão de pessoal deverão ser remetidos pela Prefeitura até **31 de janeiro de 2011".**

Na fase preambular de nosso trabalho, na Unidade Regional, verificamos o não encaminhamento da documentação, ensejando para tanto a "Requisição de Documentos" para que o Setor de Recursos Humanos providenciasse o material quando da nossa inspeção.

CÓPIA

Observa-se que o documento de fls. 1786/1787 foi datado em 15/08/2011 e nossa inspeção iniciou-se em 05/09/2011, portanto, interregno temporal plenamente passível de atendimento.

Quando do início dos nossos trabalhos no Município, destacamos documentos faltantes e os que foram apresentados para a análise, apresentaram-se desordenados, não sendo observada as Instruções vigentes.

Isto posto e verificando a dificuldade do Setor de Recursos Humanos consolidar a documentação para nossa análise e visando dar efetivo cumprimento aos artigos 52 a 54 das Instruções 02/2008, formalizamos outro documento requisitório de fls. 1779/1784 do Anexo VIII, desta feita direcionada ao Exmo. Sr. Prefeito, datado de 19/09/2011, rogando que os documentos, já requisitados anteriormente, viessem para a nossa análise até 26/09/2011.

Salientamos por derradeiro, que nosso pedido pela formalização de cópias integrais se deu em decorrência do descontrole do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tremembé.

A vista do exposto, propugnamos que seja recomendada à origem fiel cumprimento às Instruções nº 002/2008, acessíveis a todos os entes auditados em nossa página eletrônica www.tce.sp.gov.br, não obstante a sua devida adequação.

CÓPIA

E.3.2 REGIME PREVIDENCIÁRIO

Observamos a existência do processo TC-350/014/11 onde abriga as contas do Fundo de Previdência, denominado **Fundo de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de Tremembé**, instituído pela Lei Municipal nº 3.120, de 29/12/2005 e revogada pela Lei Municipal nº 3.542, de 27/08/2010 às fls. 1793/1794 do Anexo VIII.

Em 2010 não foram concedidas aposentadorias e/ou pensões.

E.4 DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

a) Expediente TC-18792/026/11

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, POR SUA PROCURADORA DO TRABALHO DRª CELESTE MARIA RAMOS MARQUES MEDEIROS

Assunto : cópia de denúncia recebida eletronicamente para eventuais providências

Referência: Ofício Codin nº 2150/2011
IC nº 000326.2009.15.002/7-43

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR-14

Inquirido: Município de Tremembé

O presente expediente foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Substituto de Conselheiro à Unidade Regional de Guaratinguetá para subsidiar a matéria objeto deste processo de contas.

Com efeito, ao procedermos à análise na Prefeitura Municipal de Tremembé, obtivemos alguns subsídios que podem ilidir possíveis questões apresentadas na sua exordial.

CÓPIA

A seguir, faremos uma síntese do denunciado, como já mencionado, de maneira anônima e eletrônica, sobre os itens com o apurado pela nossa fiscalização, a saber:

1) **MOTORISTA DE VEÍCULO OFICIAL ADMITIDO SEM CONCURSO**:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item B.2.2.1, deste relatório.

2) **MOTORISTA DE VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR POSSUI HABILITAÇÃO C.N.H. EM CATEGORIA INADEQUADA**:

Às fls. 1795/1838 do Anexo VIII, consta a relação de documentos dos Srs. Motoristas, fornecida pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tremembé, denotando-se que as Carteiras Nacionais de Habilitações dos respectivos servidores encontram-se enquadradas nas seguintes categorias a saber:

D : aplicada ao condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares, excluído o motorista. Deve ter no mínimo um ano na categoria C ou dois anos na categoria B.

Motoristas pertencentes à categoria acima: Ades Silva da Costa, Alexandre Raimundo, Augusto Cesar Lazarini, Claudio Marcelo Mesquita, Edson da Silva, Francisco Ailton Tonin, João Carlos Nerozi, José Molica Teneo, José Roberto dos Santos, Jorge Fontes dos Santos, Marco Antonio Machado, Sidemir Nunes de Almeida, Wesley dos Santos Baltazar, Antonio Carlos de Paula, José Maria de Souza Freire.

CÓPIA

AD: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como condutores de veículos de transporte de passageiros.
Motoristas pertencentes à categoria acima: André Guedes de Morais, Claudio Antunes de Oliveira, Cristiano Flauzino da Silva, Edson Barbosa da Mota, Ernesto Narezi Neto, Flavio Alves Costa, Flavio Candido dos Santos, João Carlos Ribeiro, Joel Moscardo, José Roberto Vieira, José Claudemir das Chagas, José Eduardo Cardoso de Campos, Messias Castro dos Santos, Newton Cesar de Moura Santos, Paulo Donizete da Silva, Paulo Henrique Ferreira da Silva, Renato Alves Ferreira, Rildo Lemes, Benedito Sergio Salgado, Carlos Thiago Barbosa de Castro, Claudio Benedito Narezi, Jair Faria do Espírito Santo, Valter Ramos.

E: aplicada ao condutor de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha 6.000 Kg ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer. Tem de estar habilitado no mínimo um ano na categoria C
Motoristas pertencentes à categoria acima: Antonio Rogério da Silva.

AE: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas,

que contenham ou não um carro lateral, bem como, condutores de veículos articulados com reboque ou semi-reboque, cujo peso ultrapasse a 6 (seis) toneladas ou cuja lotação ultrapasse a oito lugares, excluindo-se o motorista
Motoristas pertencentes à categoria acima: Cesar de Souza Gomes, Marcelo Monteiro.

CÓPIA

AB: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como, condutores de carros de passeio e outros veículos cujo peso não exceda a 3,5 toneladas e cuja lotação não ultrapasse a oito lugares, excluindo-se o motorista
Motoristas pertencentes à categoria acima: Thomas José Severino da Costa, Antonio Guilherme da Silva.

AC: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como, veículos de carga com mais de 3,5 toneladas ou caminhão, devendo ter no mínimo, um ano de experiência na categoria "B"
Motorista pertencente à categoria acima: Wilson Lineu Lima

Informamos que carece informações da Prefeitura Municipal de Tremembé, pelo seu Departamento de Recursos Humanos sobre a lotação dos motoristas acima discriminados.

3) ELETRICISTA ADMITIDO SEM CONCURSO :

A presente denúncia encontra-se discorrida no item B.2.2.2 deste relatório.

4) MOTORISTA SEM CURSO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICO TRANSPORTA ALUNOS E FOI ADMITIDO SEM CONCURSO:

A presente denúncia encontra-se discorrida nos itens B.2.2.1 e E.4 (2), respectivamente.

5) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE VIGILÂNCIA APESAR DE CONCURSO PÚBLICO VIGENTE, O QUAL JÁ HAVIA ADMITIDO 3 (TRÊS) VIGIAS:

CÓPIA

A presente denúncia encontra-se discorrida no item c.1.1, letra "a" deste relatório.

6) CONTRATAÇÃO, EM VEZ DE ADMISSÃO, COM PAGAMENTOS VIA RPA E, PAGAMENTO À AUTÔNOMO; E PAGAMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL À ALGUNS SERVIDORES BRAÇAIS CONCURSADOS:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item B.2.2 deste relatório.

7) ALUGUEL DE IMÓVEIS COM VALORES ACIMA DO PRATICADO PELO MERCADO:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item B.5.3, letra "b" deste relatório.

8) CONTAS REJEITADAS DO PREFEITO:

Colocamos no item E.5.1 do relatório a posição deste Tribunal quanto à rejeição das contas do Sr. Prefeito

Municipal de Tremembé, relativos aos três últimos exercícios.

9) CONCESSÃO DE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO E F.G.T.S. AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item B.5.2 deste relatório, não sendo verificado pelo exame efetuado, qualquer concessão de férias, décimo terceiro salário e F.G.T.S. aos Srs. Secretários Municipais.

CÓPIA

10) SERVIDOR EM DESVIO DE FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL É PROPRIETÁRIO DE EMPRESA CONTRATADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SETOR DA EDUCAÇÃO:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item c.1.1, deste relatório.

Encartamos ainda às fls. 1899/1909 do Anexo IX, documentos onde apresentou Requerimento nº 34/2010 à Câmara Municipal de Tremembé e Memorando Especial, de 16/04/2010 da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, todos estes consubstanciados no Processo PI nº 723/10 para apuração de possíveis faltas cometidas pelo Sr. Marco Aurélio Luz Tobias – Coordenador Técnico de Planejamento Urbano.

Em síntese a presente Sindicância foi instaurada para a apreciação de possíveis prestações de serviços particulares do mencionado como projetos particulares em horário de expediente dentro das dependências públicas, utilizando-se da

estrutura da municipalidade como computadores e impressoras.

Do apresentado acima, mediante Portaria nº 5.109/2010, assinada em 26/04/10, fls. 1904 do Anexo IX, o Sr. Prefeito Municipal de Tremembé instaurou a Sindicância nomeando para tanto os seus constituidores.

No relatório final de fls. 1906/1908 do Anexo IX, mencionou-se a oitiva dos interessados, culminando pelo abandono das funções do interessado no decorrer dos trabalhos da comissão, sendo exonerado do cargo de Coordenador Técnico de Planejamento Urbano e posteriormente, sugeriu-se o seu arquivamento.

CÓPIA

Considerando que a denúncia apresenta desvio de função, entendemos que os fatos narrados acima, poderiam, s.m.j., encontrarem caracterizados para tal fim.

11) <u>TÉCNICO DO TRABALHO, CUNHADO DO PREFEITO, FOI ADMITIDO SEM CONCURSO</u>:

A presente denúncia encontra-se discorrida no item c.1.1, deste relatório.

b) Expedientes TCs-597/014/10, 681/014/10, 769/014/10, 873/014/10, 311/014/11, 488/014/11 e 527/014/11

Interessado: Sr. José Antonio de Barros Neto - Prefeito Municipal de Tremembé

Assunto: encaminha a esta Corte Pareceres Técnico e Jurídico elaborados pelos técnicos da municipalidade, visando compor relação de documentos para gerenciar pedido de

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

Processo: **TC-1435/026/11**

Entidade: **Prefeitura Municipal de Tremembé**

Assunto: **Contas Anuais**

Exercício: **2011**

Prefeito: **Sr. José Antonio de Barros Neto**

CPF N.°: **121.990.488-02**

Período: **1°.1.2011 a 31.12.2011**

Relator: **Conselheiro Antonio Roque Citadini**

Instrução: **UR-14 – Unidade Regional de Guaratinguetá**

CÓPIA

Senhor Diretor da Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, inciso II, da Lei Complementar n.° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
3. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização, nisso também verificadas ressalvas e recomendações;
5. Análise das informações constantes dos bancos de dados à disposição da Fiscalização, assim como daquelas obtidas por intermédio do SIAP, PFIS, endereços eletrônicos, entre outros.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Antonio de Barros Neto, responsável pelas contas em exame (fl. 04).

Verificamos o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.2.2 DESPESA DE PESSOAL

Período	dez/10	abr/11	ago/11	dez/11
% Permitido Legal	54%	54%	54%	54%
Gastos - A	30.874.741,89	32.586.105,10	36.510.316,26	34.811.029,87
(+) Inclusões da Fiscalização - B		-	-	-
(-) Exclusões da Fiscalização - C		-	-	-
Gastos Ajustados - D		32.586.105,10	36.510.316,26	34.811.029,87
RCL - E	56.628.673,33	60.032.415,79	65.034.874,75	66.353.219,42
(+) Inclusões da Fiscalização - F		-	-	-
(-) Exclusões da Fiscalização - G		-	-	-
RCL Ajustada - H		60.032.415,79	65.034.874,75	66.353.219,42
% Gasto = A / E	54,52%	54,28%	56,14%	52,46%
% Gasto Ajustado = D /H		54,28%	56,14%	52,46%

CÓPIA

O total da despesa de pessoal, ao final de 2011, segundo análise processada pelo Sistema Audesp a partir de dados relacionados a tal gasto e enviados pela origem, importou em R$ 34.811.029,87.

Em síntese, a partir dessa análise, a composição dos gastos de pessoal ficaria assim demonstrada:

DESPESAS (SUBELEMENTO)	TOTAL EMPENHADO/LIQUIDADO EM 2011 (R$)
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.544.364,55
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.661.264,07
31909400 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	581.385,73
31900100 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	491.350,10
31900300 - PENSÕES	40.531,20
31909600 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	516.774,26
TOTAL DESPESAS	**34.835.669,91**
DEDUÇÕES	
INDENIZAÇÃO POR DEMISSÕES	5.717,64
DESPESAS DE INATIVOS E PENSIONISTAS COM REC. VINCULADOS	18.922,04
DESPESAS LÍQUIDAS	**34.811.029,87**

Com relação aos gastos em 2011, impende destacar a necessidade de se incluir no cômputo das despesas, aquelas - listadas a seguir - decorrentes de encargos do PASEP e de terceirização de mão-de-obra.

Quanto ao primeiro, ressaltamos que apesar de o PASEP incidir sobre a receita e, não, sobre a folha de pagamento, entende esta Corte que é, sim, despesa de pessoal; eis as razões:

a) O PASEP beneficia, em última análise, o servidor público. Assim, a finalidade do recurso evidencia sua natureza: o de uma obrigação patronal, que, segundo o art. 18 da LRF, é gasto de pessoal.

b) O Tribunal Superior do Trabalho acolhe a exegese de que o PIS/PASEP é uma obrigação patronal de natureza trabalhista.

CÓPIA

Dessa forma, elencamos os gastos de obrigações contributivas ao PASEP, realizados em 2011:

Elemento	Subelemento	Nr. Empenho	Dt. Emissão	Vl. Liquidado
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10192/2011	25/07/2011	53.181,66
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10662/2011	29/07/2011	1.455,54
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10663/2011	29/07/2011	16.482,19
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10664/2011	29/07/2011	279,47
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10665/2011	29/07/2011	2.590,66
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10666/2011	29/07/2011	16.167,98
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10667/2011	29/07/2011	602,73
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10668/2011	29/07/2011	1.121,23
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10909/2011	02/08/2011	77,07

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10910/2011	02/08/2011	358,05
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10911/2011	02/08/2011	469,39
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10912/2011	02/08/2011	1.631,59
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10913/2011	02/08/2011	359,70
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10914/2011	02/08/2011	8.270,55
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10915/2011	02/08/2011	2.620,02
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	11887/2011	25/08/2011	55.811,23
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13089/2011	23/09/2011	57.985,87
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14649/2011	27/10/2011	46.632,54
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15[illegible]/2011	05/11/2011	58.291,79
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15598/2011	25/11/2011	62.071,91
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17912/2011	22/12/2011	55.676,08
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1996/2011	04/02/2011	56.196,03
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3590/2011	11/03/2011	78.741,84
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	5732/2011	26/04/2011	60.000,00
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7068/2011	25/05/2011	44.156,79
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	8733/2011	22/06/2011	55.685,44
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10579/2011	29/07/2011	11.952,59
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10583/2011	29/07/2011	190,07
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10584/2011	29/07/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10585/2011	29/07/2011	0,24
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10586/2011	29/07/2011	121,79
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10587/2011	29/07/2011	424,14

CÓPIA

33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10588/2011	29/07/2011	361,60
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12225/2011	30/08/2011	12.329,31
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12229/2011	30/08/2011	182,60
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12230/2011	30/08/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12231/2011	30/08/2011	22,91
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12233/2011	30/08/2011	119,43
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12234/2011	30/08/2011	412,16
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12856/2011	16/09/2011	181,66
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13600/2011	30/09/2011	9.842,89
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13604/2011	30/09/2011	181,36
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13605/2011	30/09/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13606/2011	30/09/2011	15,06
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13607/2011	30/09/2011	128,67
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13608/2011	30/09/2011	445,20
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14881/2011	31/10/2011	12.937,77
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14886/2011	31/10/2011	178,81
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14887/2011	31/10/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14888/2011	31/10/2011	405,37
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14889/2011	31/10/2011	137,58
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14890/2011	31/10/2011	442,14
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14891/2011	31/10/2011	77,14
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	14892/2011	31/10/2011	377,30
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1569/2011	31/01/2011	142,36

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1570/2011	31/01/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15703/2011	28/11/2011	286,95
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1571/2011	31/01/2011	1,57
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1572/2011	31/01/2011	317,97
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1573/2011	31/01/2011	310,30
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15979/2011	30/11/2011	13.669,25
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15983/2011	30/11/2011	194,01
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15984/2011	30/11/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15985/2011	30/11/2011	4,47
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15986/2011	30/11/2011	109,03
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15987/2011	30/11/2011	423,08
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15988/2011	30/11/2011	77,14
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17904/2011	22/12/2011	22.987,05
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17907/2011	22/12/2011	198,18
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17908/2011	22/12/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17909/2011	22/12/2011	0,47
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17910/2011	22/12/2011	148,49
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17911/2011	22/12/2011	77,14
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3021/2011	28/02/2011	15.677,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3026/2011	28/02/2011	160,81
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3027/2011	28/02/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3028/2011	28/02/2011	5,82
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3029/2011	28/02/2011	63,00

CÓPIA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14



33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3030/2011	28/02/2011	288,10
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4571/2011	31/03/2011	10.232,36
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4574/2011	31/03/2011	163,34
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4575/2011	31/03/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4576/2011	31/03/2011	2,89
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4577/2011	31/03/2011	109,67
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6164/2011	29/04/2011	13.562,96
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6168/2011	29/04/2011	151,83
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6169/2011	29/04/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6170/2011	29/04/2011	78,35
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6171/2011	29/04/2011	342,27
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6172/2011	29/04/2011	305,61
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7613/2011	31/05/2011	15.567,45
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7618/2011	31/05/2011	182,48
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7619/2011	31/05/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7620/2011	31/05/2011	0,20
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7621/2011	31/05/2011	84,55
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7622/2011	31/05/2011	370,78
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9223/2011	30/06/2011	14.050,72
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9228/2011	30/06/2011	181,66
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9229/2011	30/06/2011	40,69
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9230/2011	30/06/2011	1,49
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9231/2011	30/06/2011	88,97

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33904712 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9232/2011	30/06/2011	363,28

R$ 899.857,16

Obs.: Os dados retro assinalados foram compilados a partir de informações fornecidas pela própria origem ao Sistema Audesp.

Já quanto à terceirização de mão-de-obra, a natureza desses serviços e sua correspondência com funções permanentes da Administração Pública, em nosso entendimento, constitui substituição de agentes públicos, a despeito de ter sido classificada como "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física", "Manutenção e Conservação de Veículos", "Obras em Andamento" e "Outras Obras e Instalações", quando, consoante § 1° do artigo 18, da LC n° 101/00, deveria ter sido contabilizada como "Outras Despesas de Pessoal".

Vale ressaltar, que a contratação foi feita de forma direta, ou seja, **sem prévio concurso público**. Outrossim, não foi apresentada justificativas para tais contratações, sendo que havia servidores no quadro funcional da Prefeitura, que poderiam prestar tais serviços.

Relacionamos a seguir, tais despesas:

CÓPIA

Nome do Credor	Nr. Empenho	Histórico / Descrição do Empenho	Vl. Liquidado
ADILSON SANTOS	13613/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MAQUINAS PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SET/2011.	1.320,00
ADILSON SANTOS	14070/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MAQUINAS PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF.MEMORANDO EM ANEXO.	440,00
ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS	946/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EDUCADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/02/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 35/2011.	7.150,00
ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS	16380/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO EDUCADORA PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	40,00
ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS	75/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO EDUACADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	650,00
ADRIANA LIMA DOS SANTOS	10644/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZADORA ADMINISTRATIVA	7.200,00
ADRIANA LIMA DOS SANTOS	15384/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZADORA ADMINISTRATIVA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 285/2011.	3.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	16364/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	17220/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	11852/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	12961/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	3791/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	1.173,33
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	5500/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	6873/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	9807/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	14217/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
ADRIANA MARCONDES CADIMA DIAS	8529/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
ALEXANDRE VILELA	2925/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE MUSICAS E REGÊNCIA PARA A FANFARRA MUNCIPAL DE TREMEMBÉ CF. CONTRATO Nº 45/2011.	19.300,00
ALEXANDRE VILELA	17450/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE MUSICAS E REGÊNCIA PARA A FANFARRA MUNCIPAL DE TREMEMBÉ CF. CONTRATO Nº 45/2011, COMPLEMENTO DO EMPENHO 2925/11.	236,00
AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	16344/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.200,00
AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	17232/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.200,00
AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	14906/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.040,00
ANA CRISTINA MENDES	15415/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PSICOLOGICO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL REF. A NOV/2011 CF. CF. MEMORANDO ANEXO.	225,00
ANA CRISTINA MENDES	17242/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLOGICO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	300,00
ANGELINA DOS SANTOS LEME	17240/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	600,00
ANTONIO ALEXANDRE ODORIZI	17708/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	520,05
ANTONIO CARLOS AMARAL BOARI	3744/2011	AUXILIAR GERAL	417,83
ANTONIO CARLOS DE PAULA	5429/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA	6.756,96
ANTONIO CARLOS DE PAULA	43/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	844,62
ANTONIO CARLOS DE PAULA	14162/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL NO PERIODO DE 01/10/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº266/2011.	2.040,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	15386/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 289/2011.	1.700,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	935/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/10/2011 CF. CONTRATO Nº 29/2011.	7.650,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

ANTONIO GUILHERME DA SILVA	47/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	850,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	16376/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	220,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	16707/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	127,71
BENEDITO SERGIO SALGADO	3809/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA	1.760,00
BENEDITO SERGIO SALGADO	5474/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
BENEDITO SERGIO SALGADO	6855/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.160,00
BENEDITO SERGIO SALGADO	8187/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF .AO MÊS DE JUNHO/2011.	159,99
BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA	1929/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AJUDANTE GERAL PARA O ABRIGO MUNICIPAL REF. FEV/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	240,00
BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA	3481/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AJUDANTE GERAL	650,00
BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA	5265/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS C/EDUCADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. A ABR/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	650,00
CACILDA DINIZ DE FARIA MAIA	13615/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 14/09/2011 A 31/12/2011.CF. CONTRATO Nº 259/2011.	2.140,00
CACILDA DINIZ DE FARIA MAIA	16372/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERAIS PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	350,00
CACILDA DINIZ DE FARIA MAIA	17258/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS PARA A COORDENADORIA TECNICA DO ABRIGO SOCIAL REF. A DEZ/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	305,00
CARLOS ALBERTO GOMES BRITO DE SIQUEIRA E SILVA	1707/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/02/11 A 31/12/11 CF. CONTRATO Nº40/2011.	4.330,65
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	11880/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	16342/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	17230/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	12933/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	8505/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	680,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	9817/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	14230/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
CAROLINA SIGNORINI DE MORAES	11917/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MEDICA VETERINARIA NO CANIL MUNICIPAL REF. AO MÊS DE AGOSTO/11. CF. MEMORANDO EM ANEXO.	4.080,92
CAROLINA SIGNORINI DE MORAES	13142/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MEDICA VETERINARIA PARA O CANIL MUNICIPAL REF. AO MÊS DE SET/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	5.424,36

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

CAROLINA SIGNORINI DE MORAES	14345/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MEDICA VETERINARIA NO CANIL MUNICIPAL REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	5.424,36
CAROLINA SIGNORINI DE MORAES	15687/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICA VETERINARIA NO CANIL MUNICIPAL REF. AO MÊS DE NOVEMBRO/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	5.424,36
CAROLINA SIGNORINI DE MORAES	17706/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICA VETERINARIA NO CANIL MUNICIPAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	5.424,36
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	16360/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	17216/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	11854/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.546,70
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	12957/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	3793/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	586,66
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	5484/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	6869/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	9803/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	14205/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
CAROLINE VERARDI PROCOPIO	8525/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
CESAR DA SILVA DOMINGOS	8142/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ORGANIZADOR ADMINISTRATIVO JUNTO AO CRAS REF. AO PERIODO DE 01/06/2011 A 30/09/2011 CF. CONTRATO Nº136/2011.	7.200,00
CESAR DA SILVA DOMINGOS	927/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZADOR ADMINISTRATIVO JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/05/2011 CF. CONTRATO Nº 25/2011.	7.200,00
CESAR DA SILVA DOMINGOS	14160/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZADOR ADMNISTRATIVO JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) NO PERIODO DE 01/10/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº265/2011.	5.400,00
CESAR DA SILVA DOMINGOS	41/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ORGANIZADOR ADMINISTRATIVO JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.800,00
CLAIR ALVES CABRAL	939/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 31/2011.	5.940,00
CLAIR ALVES CABRAL	57/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SEGURANÇA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	540,00
CLEONICE LACERDA PINTO	6564/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ORGANIZADORA ADMINISTRATIVA JUNTO AO CRAS DO DIA 09/05/2011 A 31/05/2011 REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.380,00
CLEYTON HENRIQUE DOS SANTOS	1705/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITADOR JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/02/11 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº38/2011.	6.000,00
CLEYTON HENRIQUE DOS SANTOS	16374/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	750,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	16352/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00

CÓPIA

58

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	12937/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	11858/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	6885/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.493,33
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	9791/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	14207/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	8511/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
CRISTIANE DA COSTA DIAS MONTEIRO	17228/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
DENIO AUGUSTO FEREIRA	8149/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JUN/2011 CF. CONTRATO Nº 139/2011.	580,00
DENIO AUGUSTO FEREIRA	8729/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JUL A DEZ/2011 CF. CONTRATO Nº 139/2011.	1.449,99
DENIO AUGUSTO FEREIRA	3750/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE SEGURANÇA	193,30
DENIO AUGUSTO FEREIRA	5267/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS C/AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. A ABR/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	580,00
DENIO AUGUSTO FEREIRA	6568/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	580,00
DENISE DE PAULA BRUNACIO ROCHA	15392/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXLIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO ABRIGO SOCIAL 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 290/2011.	3.000,00
DENISE DE PAULA BRUNACIO ROCHA	16384/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE ENFERMAMGEM PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	820,45
DENISE DE PAULA MOURA BRUNACIO	8091/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/06/2011 A 31/10/2011 CF. CONTRATO Nº 156/2011.	7.500,00
DENISE DE PAULA MOURA BRUNACIO	17260/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXLILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO A COORDENADORIA TECNICA DO ABRIGO SOCIAL REF. A DEZ/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	300,00
DOMENICA CAMPOS NICOLINI	11874/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO EM MERENDA ESCOLAR COM VISITAS E MONITARAMENTO DAS COZINHAS DA ESCOLA CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	7.500,00
DOMENICA CAMPOS NICOLINI	16350/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPERVISÃO DA MERENDA ESCOLAR COM VISITAS E MONITORAMENTO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	7.500,00
EDNA HELENA DE OLIVEIRA	7103/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRO EM CARACTER EMERGENCIALMENTE PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO. REF. MAIO/2011.	181,66
EDNALVA CRISTINA DE OLIVEIRA	6543/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JUNTO AO CRAS DE 02/05/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 121/2011.	4.360,00
ELIANE RODRIGUES DE SOUZA CARDOSO	17753/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO EDUCADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 05/12/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 318/2011.	541,67
ELIVELTON REIS MOREIRA	11129/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL	545,00
ELIVELTON REIS MOREIRA	5490/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	545,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

ELIVELTON REIS MOREIRA	6881/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
ELIVELTON REIS MOREIRA	10864/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. AO MÊS DE AGOSTO/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	272,50
ELIVELTON REIS MOREIRA	8515/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	545,00
FATIMA APARECIDA DE JESUS SANTOS	3795/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	1.173,33
FATIMA APARECIDA DE JESUS SANTOS	5488/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
FATIMA APARECIDA DE JESUS SANTOS	6670/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO PERIODO DE 01 A 13 DE MAIO DE 2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	693,33
FLAVIO APARECIDO DE OLIVEIRA	13645/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO SOCIAL CF. CONTRATO Nº 260/2011.	2.068,67
FRANCISCO CAVALCA NETO	5237/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA UTI PARA TRANSPORTE DO PACIENTE MIGUEL DA SILVA BRAZ JUNTO AO INSTITUTO DA CRIANÇA EM SÃO PAULO - SP CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. A ABR/2011.	55,00
FRANCISCO CAVALCA NETO	7050/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA UTI PARA TRANSPORTE DO PACIENTE CARLOS ALBERTO RODRIGUES JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL EM TAUBATÉ - SP CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. A MAIO/2011.	56,50
FRANCISCO MARCOS LEME	4888/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO SANTANA CZA 6082 DO GABINETE DO PREFEITO CF. AF.1085/2011.	270,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3268/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	235,00
FRANCISCO MARCOS LEME	13957/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA DO VEICULO DA AÇÃO SOCIAL CF. AF.3507/2011.	532,00
FRANCISCO MARCOS LEME	8178/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO GOL PLACA CZA 6070 DO SETOR DA AÇÃO SOCIAL CF. AF.1982/2011.	80,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16533/2011	SERVIÇO (ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR DE COMPRAS E ALMO-XARIFADO CF. AF.4023/2011.	380,00
FRANCISCO MARCOS LEME	9566/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) REVISÃO PARA O CAMINHÃO CZA 6060 DO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. AF.2417/2011.	214,00
FRANCISCO MARCOS LEME	11146/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO MICROONIBUS DO SERTOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.2856/2011.	140,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5032/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) DE VEICULO KOMBI PLACA CZA 6083 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.1153/2011.	190,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5034/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) PARA O VEICULO DUCATO PLACA DGI 6471 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.1155/2011.	164,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5035/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) PARA O VEICULO BOXER PLACA DBS 6815 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.1156/2011.	435,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5323/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO MICROONIBUS PLACA CDV 2557 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.1303/2011.	70,00
FRANCISCO MARCOS LEME	14025/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO CF. AF.3530/2011.	100,00
FRANCISCO MARCOS LEME	2314/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.467/2011.	80,00
FRANCISCO MARCOS LEME	2440/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O MICROONIBUS PLACA DBS 6805 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.532/2011.	180,00

COPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

FRANCISCO MARCOS LEME	8179/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO BOXER PLACA DBS 6815 DO SETOR DA EDUCAÇÃO CF. AF.1983/2011.	32,00
FRANCISCO MARCOS LEME	9725/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DUCATO PLACA DBS 6802 DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. AF.2477/2011.	230,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3269/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	285,00
FRANCISCO MARCOS LEME	9923/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O CAMINHÃO BAU DO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. AF.2561/2011.	90,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16179/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DA COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.3901/2011.	60,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16534/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DA COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.4024/2011.	304,00
FRANCISCO MARCOS LEME	310/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O TRATOR DA COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.54/2011.	190,00
FRANCISCO MARCOS LEME	12443/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO DA COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.3102/2011.	605,00
FRANCISCO MARCOS LEME	14157/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.3572/2011.	130,00
FRANCISCO MARCOS LEME	1913/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.307/2011.	280,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3437/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	130,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5301/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) DE REVISÃO DA PARTE ELETRICA PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF. 1280/2011.	85,00
FRANCISCO MARCOS LEME	6754/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.1682/2011.	340,00
FRANCISCO MARCOS LEME	6966/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA A RETRO 580H DA COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.1769/2011.	380,00
FRANCISCO MARCOS LEME	8059/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA CONSERTO DO MOTOR PARA A COORDENADORIA TECNICA DE OBRAS PUBLICAS CF. AF.1935/2011.	225,00
FRANCISCO MARCOS LEME	15779/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA A COORDENADORIA TECNICA DE TRANSPORTES CF. AF.3889/2011.	270,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3271/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	770,00
FRANCISCO MARCOS LEME	11099/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA A O SETOR DE LIMPEZA PUBLICA CF. AF. 2840/2011.	180,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5036/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) PARA O VEICULO CAMINHÃO CZA 6066 DO SETOR DE LIMPEZA PUBLICA CF. AF.1157/2011.	35,00
FRANCISCO MARCOS LEME	9308/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O CAMINHÃO COLETO BTS 8852 DO SETOR DA LIMPEZA PUBLICA CF. AF.2314/2011.	272,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16595/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO DO SETOR DA LIMPEZA PUBLICA CF. AF.4051/2011.	80,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16532/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) DE VEICULO DO SETOR DE TRÂNSITO CF. AF.4022/2011.	85,00
FRANCISCO MARCOS LEME	6208/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR DE TRÂNSITO CF. AF.1470/2011.	170,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

FRANCISCO MARCOS LEME	16208/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SAUDE CF. AF.3910/2011.	540,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16535/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR ADMINISTRRATI-VO DA SAUDE CF. AF.4025/2011.	65,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3272/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	235,00
FRANCISCO MARCOS LEME	7908/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO KOMBI PLACA CZA 6072 DO SETOR DA SAUDE CF. AF.1854/2011.	245,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16249/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SAUDE CF. AF.3975/2011.	50,00
FRANCISCO MARCOS LEME	206/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO GOL PLACA DBS 6812 DO SETOR DA SAUDE CF. AF.15/2011.	240,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3270/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	90,00
FRANCISCO MARCOS LEME	11102/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO IVECO 6810 DO SETOR DE SAUDE CF. AF. 2841/2011.	35,00
FRANCISCO MARCOS LEME	12473/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O SETOR DE ATENDIMENTO DA SAUDE CF. AF.3132/2011.	210,00
FRANCISCO MARCOS LEME	16536/2011	SERVIÇO (AUTO ELETRICA) PARA O VEICULO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAUDE CF. AF.4026/2011.	175,00
FRANCISCO MARCOS LEME	3273/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) NA REVISÃO DA PARTE ELETRICA	30,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5037/2011	SERVIÇO (MANUTENÇÃO) PARA O VEICULO IVECO PLACA DBS 6810 DO SETOR DA LIMPEZA PUBLICA CF. AF.1158/2011.	140,00
FRANCISCO MARCOS LEME	13843/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA O VEICULO DO SETOR DE SAUDE CF. AF.3464/2011.	80,00
FRANCISCO MARCOS LEME	13864/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) DE REVISÃO PARA O VEICULO DO SETOR DE SAUDE CF. AF.3482/2011.	896,00
FRANCISCO MARCOS LEME	5287/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA CONSERTO DO MOTOR DA AMBULÂNCIA IVECO PLACA DBS 6809 DO SETOR DE SAUDE CF. AF.1275/2011.	490,00
FRANCISCO MARCOS LEME	8177/2011	SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA A AMBULÂNCIA DOBLO PLACA DJP DO SETOR DE SAUDE CF. AF.1981/2011.	95,00
GEORGES IBRAHIM OSSEIS FILHO	16340/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.200,00
GEORGES IBRAHIM OSSEIS FILHO	17234/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.200,00
GEORGES IBRAHIM OSSEIS FILHO	14305/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.400,00
GISELE DE OLIVEIRA ALVES	15696/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITADOR JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 21/11/2011 A 31/12/11 CF. MEMORANDO EM ANEXO .	1.000,00
ISAIAS ALVES	30/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECANICO PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOSURBANOS CF. MEMORANDO EM ANEXO. REF.AO MÊS DE JAN/2011.	875,00
JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	931/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 30/10/2011 CF. CONTRATO Nº 27/2011.	7.601,58
JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	15382/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CON-TRATO Nº 286/2011.	1.689,24

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	45/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	844,62
JEFFERSON FONSECA LANDIM	15395/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHERIO JUNTO AO CDHU DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 295/2011.(TERMO DE PRORROGAÇÃO).	5.600,00
JEFFERSON FONSECA LANDIM	1721/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO DE JEFFERSON FONSECA LANDIM (TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO) CF. CONTRATO Nº44/2010.	22.400,00
JEFFERSON FONSECA LANDIM	63/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ENGENHEIRO DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - CDHU REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.800,00
JEFFERSON FONSECA LANDIM	14195/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AJUDANTE DE PEDREIRO PARA CONTRUÇÃO DE 50 CASAS POPULARES DO CDHU REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF. CONTRATO Nº 268/2011.(TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO).	2.800,00
JESANIA BISPO DA SILVA	84/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	200,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	16358/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	17214/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	12951/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.349,99
JESSICA DA SILVA MOREIRA	11856/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	3803/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	586,66
JESSICA DA SILVA MOREIRA	5482/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	6863/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	9801/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	14215/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
JESSICA DA SILVA MOREIRA	8523/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	16366/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	17222/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	11860/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	12963/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	3797/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	1.173,33
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	5498/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	6875/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	9809/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	14221/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
JOANA D´ARC LEANDRO DE ARAUJO	8531/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
JOANA DOS SANTOS	14166/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EDUCADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL NO PERIODO DE 01/10/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº270/2011.	1.950,00
JOANA DOS SANTOS	17256/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADORA PARA A COORDENADORIA TECNICA DO ABRIGO SOCIAL REF. A DEZ/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	305,00
JOEL DE OLIVEIRA	160/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS DE 03/01/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0008/2011.	14.520,00
JOEL DE OLIVEIRA	10562/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA	1.320,00
JONAS GAMA DA SILVA	5749/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE ABR/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.034,24
JONAS GAMA DA SILVA	8459/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE MAIO/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.451,50
JONAS GAMA DA SILVA	8719/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO DE ATENDIMENTO DIA 01 A 09 DE JUNHO 2011.CF. MEMORANDO ANEXO.	310,51
JOSE DE ANCHIETA NUNES SALVADOR	14197/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AJUDANTE DE PEDREIRO PARA CONTRUÇÃO DE 50 CASAS POPULARES DO CDHU REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF. CONTRATO Nº 267/2011.(TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO)	2.600,00
JOSE DE ANCHIETA NUNES SALVADOR	1719/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO DE JOSE DE ANCHIETA N SALVADOR (TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO) CF. CONTRATO Nº37/2011.	20.800,00
JOSE DE ANCHIETA NUNES SALVADOR	61/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSPETOR DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - CDHU REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.600,00
JOSE JANUARIO DE FARIAS	943/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 33/2011.	5.940,00
JOSE JANUARIO DE FARIAS	55/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SEGURANÇA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	540,00
JOSE MARIA DE SOUZA FREIRE	15378/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 287/2011.	1.700,00
JOSE MARIA DE SOUZA FREIRE	933/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/10/2011 CF. CONTRATO Nº 28/2011.	7.650,00
JOSE MARIA DE SOUZA FREIRE	49/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	850,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	13593/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	11870/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	15700/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	127,66
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	5504/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	6879/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR GERAL DO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	545,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	9795/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	8519/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	545,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	13102/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO CONTABILIDADE/TESOURARIA CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.200,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	14913/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AP SETOR DE CONTABILIDADE/TESOURARIA CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE OUT/2011.	1.200,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	15506/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE CONTABILIDADE REF. AO MÊS DE NOVEMBRO CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	17702/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE TESOURARIA/CONTABILIDADE CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.200,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	3372/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO	1.100,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	3848/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO	1.100,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	502/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE CONTABILIDADE CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. JAN/2011.	1.100,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	5650/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE CONTABILIDADE/TESOURARIA REF. AO MÊS DE ABR/2011.CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.100,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	7105/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO A CONTABILIDADE / TESOURARIA CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS MAIO/2011.	1.100,00
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	8723/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO A CONTABILIDADE/TESOURARIA CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.100,00
KLEBER MARCELINO BARBOSA	174/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITOR DE ARTES PARA O HORTO MUNICIPAL PARA A FAMUTRE PARA A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA ESPORTE DE 01/02/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0017/2011.	7.900,00
LEANDRO RIBEIRO CARDOSO	17755/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ZELADORIA PARA A PRAÇA GERALDO COSTA DO DIA 05/12/2011 A 05/02/2012 CF. CONTRATO Nº324/2011.	3.000,00
LEONARDO DE PAULA	4983/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE LAUDO TECNICO (INSTALAÇÃO ELETRICA) DO PREDIOS MUNICIPAIS CF.MEMORANDO EM ANEXO.	5.500,00
LEONARDO DE PAULA	11878/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO SETOR DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	16346/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	17238/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	2355/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO. REF. FEV/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	3746/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	504/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. JAN/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	5468/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	6861/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.400,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

LEONARDO DE PAULA	8499/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	9823/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	12941/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	14201/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA ELETRICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	2.400,00
LEONARDO DE PAULA	6559/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO ELETRICA PARA O SETOR DE TURISMO CF. CONTRATO Nº 118/2011.	3.800,00
LETICIA SAES VALERIO	16368/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	17224/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	11862/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	12965/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	3799/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	1.173,33
LETICIA SAES VALERIO	5496/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	6877/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	9811/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	14219/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
LETICIA SAES VALERIO	8533/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
LINCOLN DE PAULA	158/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENHO TÉCNICO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS DE 03/01/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0007/2011.	14.663,00
LINCOLN DE PAULA	10563/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENHO TÉCNICO	1.333,00
LUIZ CARLOS MARCELO	5506/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
LUIZ CARLOS MARCELO	6867/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
LUIZ CARLOS MARCELO	9799/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	545,00
LUIZ CARLOS MARCELO	8517/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	545,00
LUIZ DE LANES FILHO	8274/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. A JUNHO/2011.	280,00
LUIZ FELIPE RIBEIRO DE PAULA	80/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	580,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

MAISA DE OLIVEIRA COSTA	164/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO DE PROJETOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS DE 03/01/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 0010/2011.	9.331,00
MAISA DE OLIVEIRA COSTA	10564/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO	6.665,00
MANOEL FERREIRA	51/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	850,00
MARCELINO JOSÉ FRANCISCO	6551/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DIURNA JUNTO AO CRAS DE 02/05/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 117/2011.	4.320,00
MARCELO COUTO VARGAS	168/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENADOR DA FAMUTRE PARA A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA ESPORTE DE 01/02/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0014/2011.	7.500,00
MARCELO MONTEIRO	11386/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. A AGOSTO/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	1.200,00
MARCELO MONTEIRO	13109/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SET/2011.	280,00
MARCELO MONTEIRO	3807/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA	1.760,00
MARCELO MONTEIRO	5476/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
MARCELO MONTEIRO	6857/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO BASICA REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
MARCELO MONTEIRO	8501/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.200,00
MARCELO MONTEIRO	9819/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.200,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	16354/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	17210/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	12939/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	11864/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	6883/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.493,33
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	9793/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	14209/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
MARIA DE FATIMA CASTELO MOREIRA	8513/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	16370/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	17226/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	11850/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	3811/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	2.346,66
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	5478/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	6849/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	8535/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	9813/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	12969/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
MARIA FLAVIA TURCI DE PAIVA	15080/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	13100/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 2 CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.200,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	14915/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AP SETOR DE LANÇADORIA 1 CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE OUT/2011.	1.200,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	3374/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	3847/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	500/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 2 CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. JAN/2011.	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	5652/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 1REF. AO MÊS DE ABR/2011.CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	7107/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 2 CF.MEMORANDO EM ANEXO.REF. MÊS DE MAIO/2011.	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	8725/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO A LANÇADORIA 1 CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.100,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	15504/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 1 REF. AO MÊS DE NOVEMBRO CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.200,00
MATILDE AP RAMOS DOS SANTOS	17704/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO AO SETOR DE LANÇADORIA 2 CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.200,00
MAURICIO DOS SANTOS	10412/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA	805,20
MAURICIO DOS SANTOS	13134/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE SET/2011.CF.MEMORANDO EM ANEXO.	170,00
MAURICIO DOS SANTOS I	11915/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE AGOSTO/11. CF. MEMORANDO EM ANEXO.	436,50
MERCIA APARECIDA DE OLIVEIRA VARGAS	948/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COZINHEIRA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/02/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 36/2011.	6.600,00
MERCIA APARECIDA DE OLIVEIRA VARGAS	16382/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERAIS PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	760,00
MERCIA APARECIDA DE OLIVEIRA VARGAS	77/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	600,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

MICHELLE DALLA MONTEIRO LEMOS	10860/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENADORA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL) DE 01/08/2011 A 31/10/2011. CF. CONTRATO Nº 220/2011.	7.200,00
MICHELLE DALLA MONTEIRO LEMOS	15374/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENADORA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 282/2011.	4.800,00
MICHELLE DALLA MONTEIRO LEMOS	6545/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JUNTO AO CRAS COMO COORDENADORA DE 02/05/2011 A 31/07/2011 CF. CONTRATO Nº 111/2011.	7.200,00
MICHELLE DALLA MONTEIRO LEMOS	35/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO COORDENADORA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.400,00
MICHELLE DALLA MONTEIRO LEMOS	921/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENADORA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 30/04/2011 CF. CONTRATO Nº 22/2011.	7.200,00
MICHELLE MENDES ARAUJO VIROTE	6363/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITAÇÃO JUNTO A COORDENADORIA TECNICA DE COMUNICAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. A ABR/2011.	1.500,00
MILTON JOSE RIBEIRO	945/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/1/2011 CF. CONTRATO Nº 34/2011.	7.650,00
NEILSON TEODORO DA SILVA	10410/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA	603,90
NEILSON TEODORO DA SILVA	11913/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE AGOSTO/11. CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.006,49
NEILSON TEODORO DA SILVA	13138/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE SET/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.006,49
NEILSON TEODORO DA SILVA	14343/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	817,40
NINA ANGELICA SOUZA MONTEIRO	2436/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO, SUBSTITUINDO A MEDICA QUE ESTAVA DE FERIAS, REF. AO MÊS DE FEV/2011.	3.419,98
ORLANDO PEREIRA CUNHA	10408/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA	1.040,76
ORLANDO PEREIRA CUNHA	11909/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE AGOSTO/11. CF. MEMORANDO EM ANEXO.	369,00
ORLANDO PEREIRA CUNHA	13140/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE SET/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.156,50
ORLANDO PEREIRA CUNHA	14339/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO NO PERIODO DE 02 A 12 DE OUTUBRO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	402,60
ORLANDO PEREIRA CUNHA	9200/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	526,10
PATRICIA BIDINOTO	10856/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL) DE 01/08/2011 A 31/10/2011. CF. CONTRATO Nº 222/2011.	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	15388/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 284/2011.	2.010,00
PATRICIA BIDINOTO	6549/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA JUNTO AO CRAS DE 02/05/2011 A 31/07/2011 CF. CONTRATO Nº 113/2011.	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	925/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 30/04/2011 CF. CONTRATO Nº 24/2011.	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	16426/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/12/2011 A 30/12/2011 CF. CONTRATO Nº 283/2011.	2.010,00
PATRICIA BIDINOTO	39/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PSICOLOGA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.010,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

PATRICIA DE BRITO RIBEIRO	15376/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS GERIAS JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 18/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 304/2011.	881,50
PATRICIA MONT` ALVERNE VARGAS	172/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE COREOGRAFO PARA A FAMU-TRE PARA A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA ESPORTE DE 01/02/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0016/2011.	4.400,00
PAULO CELSO PEREIRA	16080/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA COORDENADORIA TECNICA DE MEIO AMBIENTE REF. AO MÊS DE NOV/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.105,00
PAULO CELSO PEREIRA	11921/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE AGSOTO/2011.	1.105,00
PAULO CELSO PEREIRA	13595/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA A COORDENADORIA TECNICA DE MEIO AMBIENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SET/2011.	1.105,00
PAULO CELSO PEREIRA	14129/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA COORDENADORIA TECNICA DE MEIO AMBIENTE REF. AO MÊS DE OUT/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.105,00
PAULO CELSO PEREIRA	17175/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA A SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS CF.MEMORANDO EM ANEXO. REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.105,00
RAFAEL FELIPE PEREIRA	1801/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SEGURANÇA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. A FEV/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	483,50
RAFAEL FELIPE PEREIRA	3479/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SEGURANÇA	309,33
RAFAELA ARAUJO	16356/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	17212/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	12949/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	11866/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	5502/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	6865/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	9797/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	14213/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
RAFAELA ARAUJO	3789/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	586,66
RAFAELA ARAUJO	8521/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
RALF ESTEVAN FLORIANO DOLCINO-TTI	12302/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARREGADO DE MATERIAS JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL) REF. AO MÊS DE 01/08/2011 A 31/12/2011. CF. CONTRATO Nº 227/11.	3.500,00
REGINALDO PIRES DE ALMEIDA	5492/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR GERAL NO SETOR DA MERENDA ESCOLAR REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	18,16
RENATO SOARES COSTA	170/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE MAESTRO PARA A FAMUTRE PARA A SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA ESPORTE DE 01/02/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 0015/2011.	7.500,00
ROBERTA SARZAND GONÇALVES	8147/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JUN/2011 CF. CONTRATO Nº 138/2011.	600,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

ROBERTA SARZAND GONÇALVES	8727/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE JUL A DEZ/2011 CF. CONTRATO Nº 138/2011.	1.320,00
ROBERTA SARZAND GONÇALVES	3483/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS C/SERVIÇOS GERAIS	720,00
ROBERTA SARZAND GONÇALVES	5269/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS C/SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. A ABR/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	600,00
ROBERTA SARZAND GONÇALVES	6566/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SERVIÇOS GERIAS JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	600,00
ROSANA APARECIDA BARBOSA	1931/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AJUNDANTE GERAL PARA O ABRIGO MUNICIPAL REF. A FEV/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	160,00
ROSANGELA SOARES DE SOUZA	15373/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 291/2011.	3.000,00
ROSANGELA SOARES DE SOUZA	8093/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL DE 01/06/2011 A 31/10/2011 CF. CONTRATO Nº 157/2011.	7.500,00
SEBASTIÃO CORREA DOS SANTOS	941/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 32/2011.	5.940,00
SEBASTIÃO CORREA DOS SANTOS	59/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO SEGURANÇA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	540,00
SEBASTIÃO LEME	7101/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA EM CARACTER EMERGENCIAL MENTE COM PATRULHA MECANIZADA DO SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE MAI/2011.	1.105,00
SEBASTIÃO LEME	8201/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO TRATORISTA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.105,00
SEBASTIÃO LEME	9994/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO. REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	736,67
SEBASTIAO LEME SOARES	5051/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATORISTA DE OPERAÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA REF. AO MÊS DE ABR/2011. CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.399,66
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	10858/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSITENTE SOCIAL JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL) DE 01/08/2011 A 31/10/2011. CF. CONTRATO Nº 221/2011.	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	15390/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 30/11/2011 CF. CONTRATO Nº 283/2011.	2.010,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	6547/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO CRAS DE 02/05/2011 A 31/07/2011 CF. CONTRATO Nº 112/2011.	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	923/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 30/04/2011 CF. CONTRATO Nº 23/2011.	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	16425/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/12/2011 A 30/12/2011 CF. CONTRATO Nº 283/2011.	2.010,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	37/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	2.010,00
SILVIA HELENA RIGHETTI MANCASTROPI	11882/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE ASSESOR DE DIRETORIA CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	583,33
SILVIA HELENA RIGHETTI MANCASTROPI	16348/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE DIRETORIA JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	2.500,00
SILVIA HELENA RIGHETTI MANCASTROPI	17236/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE DIRETORIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	2.500,00
SILVIA HELENA RIGHETTI MANCASTROPI	12971/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSOR DE DIRETORIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	2.500,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

SILVIA HELENA RIGHETTI MANCASTROPI	14199/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE DIRETORIA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	2.500,00
SONIA MARIA DAVID NASSER	16548/2011	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA VARGAS DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE 01/11/2011 A 30/11/11 CF. CONTRATO Nº 158/2011.	2.300,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	11390/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MERENDEIRO EM CARCTER EMERGENCIALMENTE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. A AGOSTO/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	545,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	12943/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRO EM CARACTER EMERGENCIALMENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	545,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	5472/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRO EM CARACTER EMERGENCIAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	6859/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MERENDEIRO EMERGENCIAL PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	545,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	8503/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRO EMERGENCIALMENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	545,00
SUELI GOMES DA SILVA RAMOS	9815/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRO EMERGENCIALMENTE CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	545,00
THAIS FERNANDA VIEIRA DA SILVA	14164/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO EDUCADORA JUNTO AO ABRIGO MUNICIPAL NO PERIODO DE 01/10/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº269/2011.	1.950,00
THAYRINE FERNANDES	16362/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	17218/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE DEZ/2011.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	11868/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR TECNICO NDE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF.AO MÊS DE AGOSTO/2011.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	12959/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	3801/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO	1.173,33
THAYRINE FERNANDES	5486/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. ABR/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	6871/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE MAIO/2011 CF. MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	9805/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	14211/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DA EDUCAÇÃO REF. AO MÊS DE OUT/2011 CF.MEMORANDO EM ANEXO.	1.600,00
THAYRINE FERNANDES	8527/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR TECNICO DE EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JUNHO/2011.	1.600,00
THOMAS JOSE SEVERINO DA COSTA	11392/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO REF. A AGOSTO/2011 CF. MEMORANDO ANEXO.	1.200,00
THOMAS JOSE SEVERINO DA COSTA	12935/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE SETEMBRO/2011.	560,00
THOMAS JOSE SEVERINO DA COSTA	9821/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO CF. MEMORANDO EM ANEXO.REF. AO MÊS DE JULHO/2011.	1.040,00
VALTER RAMOS	15380/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE 01/11/2011 A 31/12/2011 CF. CONTRATO Nº 288/2011.	1.700,00

CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

VALTER RAMOS	937/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA JUNTO AO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA A SOCIAL) DE 01/02/2011 A 31/10/2011 CF. CONTRATO Nº 30/2011.	7.650,00
VALTER RAMOS	53/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MOTORISTA JUNTO AO CRAS REF. AO MÊS DE JAN/2011.CF. MEMORANDO EM ANEXO.	850,00
WILSON TINEU LIMA	10646/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA	5.100,00
WILSON TINEU LIMA	16378/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PARA A COORDENADORIA TECNICA ADMINISTRATIVA DA AÇÃO SOCIAL CF.MEMORANDO EM ANEXO REF. AO MÊS DE NOV/2011.	200,00
		R$	**787.005,30**

Obs.: Os dados retro assinalados foram compilados a partir de informações fornecidas pela própria origem ao Sistema Audesp.

CÓPIA

Salientamos que alguns desses serviços estão diretamente contemplados no Quadro de Pessoal da Prefeitura, como é o caso do Operador de Máquinas, Psicólogo, Pedreiro, Motorista, Médico Veterinário, Merendeiro, Mecânico, Inspetor de Obras, Engenheiro, Auxiliar de Enfermagem, Assistente Social, Auxiliar Geral, Eletricista de Autos e Coordenador; outros, apesar de não estarem elencados no quadro, comportam características de funções inerentes à Administração, a exemplo dos serviços de Auxiliar Técnico de Educação, Educador, Organizador Administrativo, Tratorista, Supervisor, Digitador, Auxiliar de Segurança, Segurança (Vigia), Ajudante de Pedreiro e Assessor.

Assim, caso fossem considerados os dispêndios retro listados (R$ 899.857,16 e R$ 787.005,30), o total de gastos com pessoal em 2011 seria de **R$ 36.497.892,33**, correspondente a **55%** da RCL, portanto infringindo o limite estabelecido pelo artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000.

Documentos de fls. 227/347 do anexo II.

B.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1 ENSINO

Conforme os dados informados pela Origem ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 26,78% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

1894/026/01 (sessão de 22/07/03) e TC-2033/026/01 (sessão de 30/09/03), referentes, respectivamente, às contas dos Prefeitos de Ferraz de Vasconcelos, de Cássia dos Coqueiros e de Suzano, relativas ao exercício de 2001 e a E. Primeira Câmara, em sessão de 23/09/2003, no TC-1576/026/01, quanto às contas do Prefeito Municipal de Lins – exercício 2001.

CÓPIA

B.5.3 DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Sob o pressuposto da amostragem, amparada em análises preliminares nos dados constantes do Sistema AUDESP, o exame documental mostrou as seguintes falhas:

a) CONTRATAÇÃO DIRETA E NÃO JUSTIFICADAS:

Consoante mencionamos no item B.2.2, foram realizadas contratações diretas de pessoal, sem justificativa da necessidade e demonstração do interesse público na admissão; mormente porque existia no quadro funcional, profissionais atuando nas áreas em que ocorreram os ingressos.

A título de exemplo, destacamos as contratações de Motoristas, Auxiliar Geral, Operador de Máquinas, Assistente Social, Engenheiro e Pedreiro:

Modalidade: dispensa de licitação/inexigível *(consoante dados extraídos a partir de informações fornecidas pela própria origem ao Sistema Audesp).*

Motorista/Nº Empenho/Valor:

AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	16344/2011	1.200,00
AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	17232/2011	1.200,00
AMADEU SIQUEIRA DOS SANTOS	14906/2011	1.040,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	15386/2011	1.700,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	935/2011	7.650,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	47/2011	850,00

74

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

ANTONIO GUILHERME DA SILVA	16376/2011	220,00
ANTONIO GUILHERME DA SILVA	16707/2011	127,71
VALTER RAMOS	15380/2011	1.700,00
VALTER RAMOS	937/2011	7.650,00
VALTER RAMOS	53/2011	850,00
WILSON TINEU LIMA	10646/2011	5.100,00
WILSON TINEU LIMA	16378/2011	200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	16342/2011	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	17230/2011	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	12933/2011	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	8505/2011	680,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	9817/2011	1.200,00
CARLOS THIAGO BARBOSA DE CASTRO	14230/2011	1.200,00
JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	931/2011	7.601,58
JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	15382/2011	1.689,24
JAIR FARIA DO ESPIRITO SANTO	45/2011	844,62

CÓPIA

Auxiliar Geral/Nº Empenho/Valor:

ELIVELTON REIS MOREIRA	11129/2011	545,00
ELIVELTON REIS MOREIRA	5490/2011	545,00
ELIVELTON REIS MOREIRA	6881/2011	545,00
ELIVELTON REIS MOREIRA	10864/2011	272,50
ELIVELTON REIS MOREIRA	8515/2011	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	13593/2011	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	11870/2011	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	15700/2011	127,66
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	5504/2011	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	6879/2011	545,00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	9795/2011	545,00
JOSEMAR DA LUZ DE JESUS	8519/2011	545,00

Assistente Social/N° Empenho/Valor:

SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	10858/2011	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	15390/2011	2.010,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	6547/2011	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	923/2011	6.030,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	16425/2011	2.010,00
SELMA ANCORA DA LUZ SANTOS	37/2011	2.010,00

CÓPIA

Psicólogo/N° Empenho/Valor:

PATRICIA BIDINOTO	10856/2011	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	15388/2011	2.010,00
PATRICIA BIDINOTO	6549/2011	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	925/2011	6.030,00
PATRICIA BIDINOTO	16426/2011	2.010,00
PATRICIA BIDINOTO	39/2011	2.010,00

Operador de Máquina/N° Empenho/Valor:

JOEL DE OLIVEIRA	160/2011	14.520,00
JOEL DE OLIVEIRA	10562/2011	1.320,00

Pedreiro/N° Empenho/Valor:

JOSE DE ANCHIETA NUNES SALVADOR	1719/2011	20.800,00

Engenheiro - Pedreiro/N° Empenho/Valor:

JEFFERSON FONSECA LANDIM	15395/2011	5.600,00
JEFFERSON FONSECA LANDIM	1721/2011	22.400,00

JEFFERSON FONSECA LANDIM	63/2011	2.800,00
JEFFERSON FONSECA LANDIM	14195/2011	2.800,00

Salientamos, ainda a contratação através de dispensa de licitação, de Eletricista de Autos (Francisco Marcos Leme), cujas despesas em 2011, somaram R$ 13.604,00.

A ausência de motivação e caracterização para o objeto contratado e a não realização de pesquisa de preços pode indicar falta de planejamento e descontrole dos gastos públicos, não primando o Administrador pelo atendimento à competividade e à economicidade.

CÓPIA

b) AUSÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS

Processos de despesas realizadas de forma direta pela Prefeitura Municipal de Tremembé, onde constatamos sistemática ausência de pesquisas de preços e esclarecimentos a respeito dos critérios utilizados para escolha dos fornecedores.

Destarte, não podemos atestar que os preços praticados estão de acordo com os oferecidos no mercado, além de não restar comprovado o atendimento, pela Municipalidade, aos princípios constitucionais da economicidade e impessoalidade.

Relacionamos abaixo alguns casos em que se verifica a situação relatada:

Nome do Credor	Nr. Empenho	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emissão	Vl. Liquidado	Vl. Pago
1) DLP - CURSOS E TREINAMENTOS LTDA - ME	9207/2011	PAGAMENTO PARA DESENVOLVER PROJETO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL PARA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES, DIRETORES, E COORDENADORES PEDAGOGICOS QUE VISA INTEGRAR TRABALHOS DA EQUIPE DE LIDERANÇA CF. MEMORANDO EM ANEXO.	30/06/2011	5.600,00	5.600,00
2) SAMIRA CORDEIRO PINTO	16338/2011	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA SOBRE DISTURBIO DE APRENDIZAGEM NO ASPECTO FONO-AUDIOLOGO CF. MEMORANDO EM ANEXO REF. MÊS DE NOV/2011.	07/12/2011	5.100,00	5.100,00
3) THALLYS DE PAULA CORREA ENGENHARIA	12873/2011	SERVIÇO (MINISTRAÇÃO DE CURSO) DE INSTALAÇÃO ELETRICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL CF. AF.3281/2011.PROC Nº 1353/2011.CV 89/2011.	16/09/2011	7.500,00	4.500,00

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Efetivos	1.100	1105	631	641	469	464
Em comissão	45	45	23	23	22	22
Total	1145	1150	654	664	491	486
Temporários	2010		2011		Em 31/12 de 2011	
Nº de contratados	114		150		5	

Quadro de pessoal às fls. 341/347 do anexo II.

No exercício examinado, foram nomeados 15 servidores para cargos em comissão cujas atribuições possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF).

CÓPIA

D.4 DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Acompanham o presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

I) **Expediente:** TC-28980/026/11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, POR SUA PROCURADORA DO TRABALHO DRª CELESTE MARIA RAMOS MARQUES MEDEIROS
Assunto: Cópia de denúncia anônima recebida eletronicamente, para eventuais providências
Referência: Ofício Codin nº 2150/2011 - IC nº 000326.2009.15.002/7-43
Inquirido: Município de Tremembé

Inicialmente informamos que se trata de cópia do Expediente nº 18792/026/11, que serviu de subsídio ao exame das contas de 2010, sendo abordado no relatório abrigado pelo TC-2963/026/10.

Por sua vez, este foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Antonio Roque Citadini, para subsidiar item próprio do relatório da fiscalização referente às contas da Prefeitura Municipal de Tremembé, do exercício de 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

A seguir, faremos uma síntese do denunciado, como já mencionado, de maneira anônima e eletrônica, sobre os itens com o apurado pela nossa fiscalização, a saber:

1) MOTORISTA DE VEÍCULO OFICIAL ADMITIDO SEM CONCURSO:

O assunto da presente denúncia encontra-se discorrido no item B.2.2., deste relatório.

2) MOTORISTA DE VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR POSSUI HABILITAÇÃO - C.N.H. EM CATEGORIA INADEQUADA:

Às fls. 1808/1815 do anexo X, constam as relações de documentos dos Srs. Motoristas, fornecida pela Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Tremembé, denotando-se que as Carteiras Nacionais de Habilitações dos respectivos servidores encontram-se enquadradas nas seguintes categorias: a saber:

CÓPIA

D : aplicada ao condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares, excluído o motorista. Deve ter no mínimo um ano na categoria C ou dois anos na categoria B.
Motoristas pertencentes à categoria acima: Alexandre Raimundo, Francisco Ailton Tonin e João Carlos Serralheiro (sem comprovação de habilitação); Augusto Cesar Lazarini, Claudio Marcelo Mesquita, Edson da Silva e João Carlos Nerozi, (com comprovação de habilitação e de formação); José Roberto dos Santos e Darcy dos Santos (sem comprovação de curso de formação);

AD: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como condutores de veículos de transporte de passageiros.
Motoristas pertencentes à categoria acima: Amadeu Siqueira dos Santos (com comprovação de habilitação e sem comprovação de curso de formação específica); Benedito Sergio Salgado, Claudio Benedito Narezi, Flavio Alves Costa, Georges Ibrahim Osseis Filho, José Eduardo Cardoso de Campos, Messias Castro dos Santos, Paulo Henrique Ferreira da Silva e Rildo Lemes (com comprovação de habilitação e de formação específica); Newton Cesar de Moura Santos, Flavio Candido dos Santos, João Carlos Ribeiro, Antonio Menino Gomes, José Claudemir das Chagas, Edson Barbosa da Mota, Renato Alves Ferreira, Claudio Antunes de Oliveira, Alberto Michael do Amaral, Elienai

Carneiro de Souza, Carlos Thiago Barbosa de Castro e José Donizete da Silva (sem comprovação de habilitação e de curso de formação específica);

AE: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como, condutores de veículos articulados com reboque ou semi-reboque, cujo peso ultrapasse a 6 (seis) toneladas ou cuja lotação ultrapasse a oito lugares, excluindo-se o motorista
Motoristas pertencentes à categoria acima: Cesar de Souza Gomes (com comprovação de habilitação e sem comprovação de curso de formação específica) e Marcelo Monteiro (com comprovação de habilitação e de curso de formação específica);

CÓPIA

AB: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como, condutores de carros de passeio e outros veículos cujo peso não exceda a 3,5 toneladas e cuja lotação não ultrapasse a oito lugares, excluindo-se o motorista
Motoristas pertencentes à categoria acima: Thomas José Severino da Costa (com comprovação de habilitação e sem comprovação de curso de formação específica).

AC: aplicada para condutores de veículos de duas ou três rodas, que contenham ou não um carro lateral, bem como, veículos de carga com mais de 3,5 toneladas ou caminhão, devendo ter no mínimo, um ano de experiência na categoria "B"
Motorista pertencente à categoria acima: Davi Rolla (sem comprovação de habilitação e de formação específica).

Consoante se verifica, a Prefeitura Municipal de Tremembé, não comprovou cabalmente a capacitação dos motorista que emprega em seu quadro de pessoal; outrossim, não há informação de motorista que atenda ao Conselho Tutelar.

Documentos de fls. 1816/1856 do anexo X.

3) ELETRICISTA ADMITIDO SEM CONCURSO:

O assunto foi tratado no item B.2.2. deste relatório.

4) MOTORISTA SEM CURSO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICO TRANSPORTA ALUNOS E FOI ADMITIDO SEM CONCURSO:

O assunto da presente denúncia encontra-se discorrido nos itens B.2.2. e D.4 (2), respectivamente.

5) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA APESAR DE CONCURSO PÚBLICO VIGENTE:

O assunto da presente denúncia encontra-se discorrido no item B.2.2, deste relatório.

6) CONTRATAÇÃO, EM VEZ DE ADMISSÃO, COM PAGAMENTOS VIA RPA E, PAGAMENTO À AUTÔNOMO:

O assunto foi abordado no item B.2.2 deste relatório.

7) ALUGUEL DE IMÓVEIS COM VALORES ACIMA DO PRATICADO PELO MERCADO:

O assunto da presente denúncia encontra-se discorrido no item B.5.3, letra "d" deste relatório.

CÓPIA

8) CONTAS REJEITADAS DO PREFEITO:

Colocamos no item D.5.1 do relatório a posição deste Tribunal quanto à rejeição das contas do Sr. Prefeito Municipal de Tremembé, relativos aos exercícios de 2008 e 2009.

9) CONCESSÃO DE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO E F.G.T.S. AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS:

O assunto da presente denúncia encontra-se discorrido no item B.5.2 deste relatório.

10) SERVIDOR EM DESVIO DE FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL:

Consoante consignado em relatório de fiscalização, relativo ao exercício de 2010 (TC-2963/026/10) o Processo PI nº 723/10 foi instaurado para apuração de possíveis faltas cometidas pelo Sr. Marco Aurélio Luz Tobias – Coordenador Técnico de Planejamento Urbano.

Em síntese a Sindicância visava à apreciação de possíveis prestações de serviços particulares do mencionado, como elaboração de projetos em horário de expediente, dentro das

dependências públicas, utilizando-se da estrutura da municipalidade como computadores e impressoras.

No relatório final, mencionou-se a oitiva dos interessados, culminando pelo abandono das funções do interessado no decorrer dos trabalhos da comissão, sendo exonerado do cargo de Coordenador Técnico de Planejamento Urbano e posteriormente, sugeriu-se o seu arquivamento.

A fiscalização que nos precedeu, entendeu que a denúncia apresenta desvio de função, e que os fatos narrados poderiam caracterizar tal fim.

CÓPIA

Ressaltamos, outrossim, que o servidor retornou à Administração Municipal, exercendo atualmente o Coordenador Técnico de Planejamento Urbano.

11) TÉCNICO DO TRABALHO, CUNHADO DO PREFEITO, FOI ADMITIDO SEM CONCURSO:

Consoante informou a fiscalização do exercício anterior, o município dispunha de contrato em vigor com a empresa F. Lourenço Consultoria ME., objetivando a prestação de serviços técnicos de Segurança do Trabalho, para promover a renovação do programa de prevenção de riscos ambientais, assim como, oferecer treinamentos no uso de equipamentos de proteção individual - EPI e formação dos membros da CIPA.

Frisou, ademais, que a referida contratação originou do Convite nº 92/2010, foi assinada em assinada em 17/12/2010, no valor total de R$ 66.408,88, e pelo prazo de 12 (doze) meses.

12) SERVIDOR EM DESVIO DE FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL SERIA PROPRIETÁRIO DE EMPRESA CONTRATADA QUE PRESTOU SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SETOR DE EDUCAÇÃO:

Consoante informou a fiscalização do exercício anterior, a prestação de serviços de manutenção em prédios próprios municipais, incluindo mão-de-obra destinada às escolas da Rede Municipal de Ensino, foram realizados pelas empresas Rangel Penna Engenharia Civil Ltda., localizada no Município de Tremembé, e Gaspar & Gaspar Construções Ltda. EPP., esta segunda, localizada no Município de Pindamonhangaba.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE .GUARATINGUETÁ – UR.14

Com referência a denúncia formulada destacou a 1ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Empresa Rangel Penna Engenharia Civil Ltda., traz como sócios componentes os Srs. Paulo Henrique Rangel Penna e Kaine Martins Pombo.

O Contrato Social de Sociedade por quotas de Responsabilidade Ltda. em nome da empresa Gaspar & Gaspar Construções Ltda., tem como sócios os Srs. Manuel do Amaral Gaspar e Maria Irene dos Santos Gaspar.

A fiscalização que nos precedeu ressaltou ainda, que, quanto ao conteúdo do processo licitatório, não ficou caracterizada a presença de documento onde trouxesse justificativa para a realização dos procedimentos licitatórios, em infringência ao disposto no § 7°, do artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, insculpida pelo subsídio da Súmula n° 248 do E. Tribunal de Contas da União.

CÓPIA

Quanto às contratações ainda, temos a ressaltar que o contrato n° 101/2010 oriundo do convite n° 36/2010 (serviços de manutenção e de pintura nas escolas da rede municipal) - mencionados no relatório relativo a 2010 - foi aditado em 2011, pelo T.A. n° 230, de 08/08/2011.

II) Expediente: TC-34585/026/11
Interessado: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2ª COMARCA DE TREMEMBÉ
Assunto: Comunica que foi realizado levantamento de valores depositados nos autos do processo TC-633/026/02, pela Prefeitura Municipal de Tremembé.

Para fins de análise do assunto em tela, requisitamos junto à origem, Certidão redigida nos seguintes termos: "*Certidão informando sobre levantamentos judiciais efetivados pela Prefeitura em 2011, bem como fato gerador, decisão e autorização, contas bancárias nas quais foram depositados e/ou aplicados os valores; eventuais resgates; tipo de despesas efetuadas e pagas com tais recursos*" (Requisição n° 03/2011-IMCC, de 02/05/2012).

A Prefeitura, por sua vez, não nos trouxe todas as informações requisitadas, esclarecendo apenas que *os valores recolhidos à tesouraria municipal provenientes de levantamentos judiciais foram e são depositados em conta corrente da administração municipal mantidas em estabelecimentos de créditos*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR.14

Processo: **TC-2024/026/12**

Entidade: **Prefeitura Municipal de Tremembé**

Assunto: **Contas Anuais**

Exercício: **2012**

Prefeito(*): **Sr. José Antonio de Barros Neto**

CPF N.°: **121.990.488-02**

Período: **1°.1.2012 a 31.12.2012**

Relator: **Conselheiro Dr. Robson Marinho**

Instrução: **UR-14 / DSF-I**

CÓPIA

Senhora Agente da Fiscalização Financeira-Chefe,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, II, da Lei Complementar n.° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. *Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;*
2. *Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;*
3. *Análise das denúncias, representações e expedientes diversos; Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;*
4. *Análise das informações apresentadas em banco de dados como o SIAP, PFIS e endereços eletrônicos afins.*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR.14

Verificamos o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

CÓPIA

B.2.2 DESPESA DE PESSOAL

Período	dez/11	abr/12	ago/12	dez/12
% Permitido Legal	54%	54%	54%	54%
Gastos - A	34.811.029,87	37.720.702,76	36.772.714,69	38.103.752,18
(+) Inclusões da Fiscalização - B	[redacted]			
(-) Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		**37.720.702,76**	**36.772.714,69**	**38.103.752,18**
RCL - E	66.353.219,42	67.379.775,01	69.656.104,69	71.088.367,92
(+) Inclusões da Fiscalização - F	[redacted]			
(-) Exclusões da Fiscalização - G				
RCL Ajustada - H		**67.379.775,01**	**69.656.104,69**	**71.088.367,92**
% Gasto = A / E	52,46%	55,98%	52,79%	53,60%
% Gasto Ajustado = D /H	[redacted]	55,98%	52,79%	53,60%

Nesse quadro, é possível ver que a Prefeitura atendeu ao limite da despesa de pessoal (*art. 20, III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal*).

B.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1 ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu **somente 24,38%** da receita resultante de impostos (fls.77 do Acessório I, TC-2024/126/12).

De nossa parte, verificamos o que segue:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ - UR.14

Observamos que a remessa inadequada de informação ao sistema AUDESP tem motivado a aplicação de multas conforme TC-001472/126/12 de 05/09/12).

CÓPIA

D.3 PESSOAL

D.3.1 QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.2012:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Efetivos	1.105	1103	641	625	464	478
Em comissão	45	47	23	6	22	41
Total	1150	1150	664	631	486	519
Temporários	2011		2012		Em 31/12 de 2012	
Nº de contratados	150		136		5	

Fls.733/741 do anexo IV.

Comparando-se os cargos e empregos existentes em 2011 com os de 2012, constata-se que houve alterações, tanto de extinção de cargos (2) como de criação de cargos (2), requisitamos as leis de 2012 (fls.235 do anexo II item 44), entretanto não foram encontradas as extinções nem as criações dos referidos cargos.

Requisitamos verbalmente por mais duas vezes os documentos referentes a tais alterações, contudo não obtivemos sucesso.

No exercício examinado, os nomeados para cargos em comissão, possuíam características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF).

D.4 DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Acompanham o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR.14

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:	2012
Disponibilidades de Caixa em 30.04	**6.461.070,33**
Saldo de Restos a Paga ar Liquidados em 30.04	10.941.900,09
Empenhos liquidados a pagar em 30.04	4.531.034,29
Iliquidez em 30.04	**(9.011.864,05)**
Disponibilidades de Caixa em 31.12	4.629.407,45
Saldo de Restos a Paga Liquidados em 31.12	20.656.648,46
Cancelamentos de empenhos liquidados	
Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	
Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	
Iliquidez em 31.12	**(16.027.241,01)**

(Fls.76 do TC-2024/126/12).

Com base no art. 59, § 1°, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura foi alertada, por 06 vezes (fls. 20, 22, 25, 27, 30 e 32 do anexo I), sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise.

CÓPIA

E.1.2 AUMENTO DA TAXA DA DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO.

Tal qual se vê no quadro abaixo, o Poder Executivo atendeu ao art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:				2012
Mês	**Despesas de Pessoal**	**Receita Corrente Líquida**	**%**	**Parâmetro**
06	**37.130.097,48**	**67.855.559,98**	**54,7193%**	**54,7193%**
07	36.221.905,24	69.978.105,18	51,7618%	
08	36.772.714,69	69.656.104,69	52,7918%	
09	36.842.113,97	70.252.065,15	52,4427%	
10	37.349.806,80	70.033.089,05	53,3317%	
11	37.410.794,83	69.762.163,87	53,6262%	
12	**38.103.752,18**	**71.088.367,92**	53,6005%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:				**1,12%**

Entretanto, como podemos observar nos quadros a seguir, a Prefeitura Municipal desde dezembro/**2010** já havia superado os 95% do limite de 54% (51,30%) e em nenhum momento conseguiu reduzi-lo, inclusive em alguns quadrimestres superou até os 54% (duas tabelas a seguir).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ – UR.14

Período	dez/10	abr/11	ago/11	dez/11
% Permitido Legal	54%	54%	54%	54%
Gastos - A	30.874.741,89	32.586.105,10	36.510.316,26	34.811.029,87
(+) Inclusões da Fiscalização - B	[redacted]	-	-	-
(-) Exclusões da Fiscalização - C		-	-	-
Gastos Ajustados - D		32.586.105,10	36.510.316,26	34.811.029,87
RCL - E	56.628.673,33	60.032.415,79	65.034.874,75	66.353.219,42
(+) Inclusões da Fiscalização - F	[redacted]	-	-	-
(-) Exclusões da Fiscalização - G		-	-	-
RCL Ajustada - H		60.032.415,79	65.034.874,75	66.353.219,42
% Gasto = A / E	54,52%	54,28%	56,14%	52,46%
% Gasto Ajustado = D /H	[redacted]	54,28%	56,14%	52,46%

CÓPIA

Período	dez/11	abr/12	ago/12	dez/12
% Permitido Legal	54%	54%	54%	54%
Gastos - A	34.811.029,87	37.720.702,76	36.772.714,69	38.103.752,18
(+) Inclusões da Fiscalização - B	[redacted]			
(-) Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		37.720.702,76	36.772.714,69	38.103.752,18
RCL - E	66.353.219,42	67.379.775,01	69.656.104,69	71.088.367,92
(+) Inclusões da Fiscalização - F	[redacted]			
(-) Exclusões da Fiscalização - G				
RCL Ajustada - H		67.379.775,01	69.656.104,69	71.088.367,92
% Gasto = A / E	52,46%	55,98%	52,79%	53,60%
% Gasto Ajustado = D /H	[redacted]	55,98%	52,79%	53,60%

Conforme o artigo 22, parágrafo único, e seus incisos[2] da mesma Lei 101/2000, é vedada admissões ou contratações de pessoal,

---

[2] Artigo 22,
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

criação de cargo, emprego ou função, contratação de horas extras, contudo verificamos que a Administração desatendeu tais mandamentos conforme segue:

Por todo o ano de 2012 a Administração **efetuou inúmeras admissões** por concurso público e tempo determinado (fls.746/775 do anexo I), criou cargos, conforme podemos observar no item D.3.1 e ainda **contratou de janeiro a dezembro horas extras**, no montante de R$ 950.705,75, demonstrado no quadro abaixo:

Contratação de horas extras em 2012

CÓPIA

meses	h. extras 100%	h. extras normais	Total
jan	6.543,78	60.345,49	66.889,27
fev	4.212,85	20.599,29	24.812,14
mar	17.738,12	106.795,60	124.533,72
abr	8.713,65	58.013,61	66.727,26
mai	17.470,67	61.785,33	79.256,00
jun	16.358,88	69.765,83	86.124,71
jul	10.089,42	43.174,87	53.264,29
ago	40.120,72	101.883,99	142.004,71
set	14.193,56	75.852,30	90.045,86
out	9.375,41	68.448,06	77.823,47
nov	9.402,44	67.057,79	76.460,23
dez	8.869,45	53.894,64	62.764,09
	163.088,95	**787.616,80**	**950.705,75**

Fls.776/801 do anexo IV.

E.1.3 OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

O Município não realizou esse empréstimo extraorçamentário, conformando-se ao art. 38, IV, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. GN

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.0 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 16/01/2014
18792/026/11 DOC. ENCAMINHA DOCUMENTO 10:11:24

ORIGEM :
MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

MENCIONADO : NUM.ARQUIVO: 11732/2013
CELESTE MARIA RAMOS MARQUES MEDEIROS
(EXISTEM MAIS, VEJA PROTOCOLO NA INTEGRA)

NUM. DE ORIGEM: 00000000000002150/2011 NUM.DE REMESSA: 000006793/2013
DATA DE ENVIO : 11/10/2013
REMETENTE : CARTORIO DRA. CRISTIANA DE CASTRO MORAES
DESTINO : DE-301 SETOR DE ARQUIVO
MOTIVO : ARQUIVAR
OBJ.: RESP. AO I.C. 000326 2009.15.002/77-43

INTEGRA: _ (S/N) IMPRIMIR: _ (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

90

ORIGEM :
MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

MENCIONADO :
CELESTE MARIA RAMOS MARQUES MEDEIROS
(EXISTEM MAIS, VEJA PROTOCOLO NA INTEGRA)

NUM. DE ORIGEM: 000000000000002150/2011 NUM.DE REMESSA: 000004025/2013
DATA DE ENVIO : 08/11/2013 REFERENTE A : 0000000001435/026/11
REMETENTE : DR(A).RENATO MARTINS COSTA
DESTINO : ASSESSORIA TECNICA JURIDICA - 1
MOTIVO : AQUI POR ENGANO
OBJ.: COPIA EXP. TC-18792/026/11

ACOMPANHA O:0000000001435/026/11 INTEGRA: _ (S/N) IMPRIMIR: _ (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.0 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 16/01/2014
279/014/10 DOC. DENUNCIA 10:13:18

ORIGEM :
IRMA MARIA DE MORAES SANTOS

MENCIONADO : 0000000615 NUM.ARQUIVO: 15321/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE

NUM.DE REMESSA: 000005369/2010

DATA DE ENVIO : 23/09/2010
REMETENTE : GABINETE DA PRESIDENCIA
DESTINO : DE-301 SETOR DE ARQUIVO
MOTIVO : ARQUIVAR
OBJ.: POSSIVEIS IRREGULARIDADES COMETIDA PELA ADMINISTRACAO MUNICIPAL DE T
REMEMBE

INTEGRA: _ (S/N) IMPRIMIR: _ (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

Expediente:	**TC-46593/026/13**
Interessado:	**Ministério Público do Estado de São Paulo - Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Márcio Fernando Elias Rosa.**
Assunto:	**Solicita informações acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Tremembé, concernentes à administração e à nulidade de ato administrativo, visando instruir inquérito civil.**

Senhor Diretor da UR-14

Trata o presente expediente do ofício nº 5473/2013-EXPPGJ, datado de 11 de dezembro de 2013 (fl. 01), subscrito pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, o qual encaminha pedido contido no Ofício nº 213/2013-2ºPJTbé, de 21 de novembro de 2013 (fl. 03), oriundo da Promotoria de Justiça de Tremembé, o qual tem por desígnio encaminhar a esta Corte de Contas os documentos de fls. 04/27, os quais tratam de informações prestadas pela Prefeitura Municipal de Tremembé em resposta ao Ofício nº 129/2013-2ª PJTbé, datado de 04 de setembro de 2013, concernentes a despesas realizadas a título de pagamento mediante Recibos de Pagamento a Autônomos (RPA's), bem como quanto ao percentual de gastos com pessoal.

Consoante determinação de fl. 29, cumpre-nos informar se a matéria noticiada foi apreciada em processos específicos e/ou comentada nos relatórios da fiscalização sobre as contas anuais da Prefeitura Municipal de Tremembé.

Visando cumprir a determinação supracitada, informamos o quanto segue:

RELATÓRIOS DA FISCALIZAÇÃO

Examinados os relatórios referentes às contas de 2010, 2011 e 2012 da Prefeitura Municipal de Tremembé, constatamos o que segue:

Exercício de 2010 - processo TC-2963/026/10, relator Exma. Conselheira Dra. Cristiana de Castro Moraes:

- A fiscalização registrou que a despesa com pessoal, no percentual de 54,52% superou o limite previsto no artigo 20, inciso III da LC nº 101/2000, ressaltando, ainda, que tal percentual não contempla despesas com prestações de serviço cujas contratações ocorreram de forma direta (fls. 31/35);
- Constou do relatório menção a ocupantes de cargo em comissão que possuem funções efetivas na Prefeitura e constam ainda do cadastro de prestadores de serviços autônomos (fls. 36/40);
- Subsidiou a elaboração do relatório o expediente TC 18792/026/11, tendo como interessado o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de São José dos Campos, tendo em vista denúncia recebida eletronicamente tratando, dentre outros assuntos, de motorista de veículo oficial e eletricista admitidos sem concurso, contratação via RPA (fls. 40/46).

Exercício de 2011 - processo TC-1435/026/11, relator Exmo. Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:

- A fiscalização relatou acerca da terceirização de mão-de-obra, sem prévio concurso público, relativamente a serviços cuja natureza e correspondência com funções permanentes da Administração Pública denotam substituição de agentes públicos. Nessa esteira, registrou o valor gasto a esse título, no montante de R$ 787.005,30, o qual, acrescendo-se à despesa de pessoal informada pela Prefeitura, e ainda às despesas com obrigações contributivas ao PASEP (levantadas pela fiscalização) totalizaria no exercício de 2011 o valor de R$ 36.497.892,33, correspondente a 55% da Receita Corrente Líquida, e infringindo o limite estabelecido pelo artigo 20, inciso III, "b" da LC nº 101/2000 (fls. 48/72);
- Constou do relatório contratações diretas e não justificadas de pessoal, informadas pela Origem ao Sistema Audesp como realizadas na modalidade "dispensa de licitação/inexigível" (fls. 73/76);
- Subsidiou a elaboração do relatório o expediente TC 28980/026/11, tendo como interessado o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de São José dos Campos, tendo em vista denúncia recebida eletronicamente tratando, dentre outros assuntos, de motorista de veículo oficial e

eletricista admitidos sem concurso, contratação via RPA (fls. 77/82).

Exercício de 2012 - processo TC-2024/026/12, relator Exmo. Conselheiro Dr. Robson Marinho:

- A fiscalização registrou que a Prefeitura atendeu o limite da despesa com pessoal (fl. 84);
- Constou registro acerca de alterações no quadro de pessoal, tanto de extinção como de criação de cargos, sendo que a documentação comprobatória das alterações não foi apresentada à fiscalização (fl. 85);
- No item "E.1.2 - Aumento da Taxa da Despesa de Pessoal nos Últimos 180 (cento e oitenta) Dias do Mandato", a fiscalização registrou que desde dezembro de 2010 a Prefeitura já havia superado os 95% do limite de 54% estabelecido pela LRF, e em nenhum momento conseguiu reduzi-lo, tendo, inclusive, superados os 54% em alguns quadrimestres. Nesse tocante, aduz que a despeito da previsão contida no artigo 22, Parágrafo Único da LC nº 101/2000, a Administração, durante o exercício de 2012, efetuou admissões por concurso público tempo determinado, criou cargos e contratou horas extras (fls. 86/88).

Demais disso, registramos que, tendo em vista a data do Ofício nº 129/2013-2ª PJTbé encaminhado à Prefeitura Municipal de Tremembé, a matéria constante do presente expediente pode referir-se a possíveis irregularidades ocorridas no exercício de 2013, sendo que tais informações servirão de subsídios à fiscalização das contas relativas àquele exercício, a ocorrer no exercício de 2014.

AUTOS PRÓPRIOS

Pesquisa realizada no Sistema de Protocolo deste Tribunal indicou a existência dos TC's nºs 18792/026/11 e 28980/026/11 (fls. 89/90), os quais foram objeto de comentários nos relatório das contas do exercício de 2010 e 2011, respectivamente, no item E.4 - Denúncias/Representações/Expedientes (fls. 40/46 e 77/82), tratando acerca de possíveis irregularidades tendo em vista denúncia tratando, dentre outros assuntos, de motorista de veículo oficial e eletricista admitidos sem concurso, contratação via RPA.

Outrossim, identificamos o registro do TC-279/014/10 (fl. 91), que teve por objeto possíveis irregularidades cometidas pela Administração Municipal de Tremembé.

É o que temos a informar e submeter à apreciação de Vossa Senhoria.

UR-14.1, em 16 de janeiro de 2014.

Janaína Nogueira Luiz Ferreira
Agente da Fiscalização Financeira - Chefe

Visto.
De acordo.
Encaminhe-se ao GTP.

GDUR-14, em 16 de janeiro de 2014.

JOSÉ RUBENS MONTEIRO
Diretor da UR-14
Guaratinguetá



DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.0 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 03/02/2014
2963/026/10 TC. CONTAS DE PREFEITURA 16:10:08
CONSELHEIRO: DR(A).CRISTIANA DE CASTRO MORAES

96

PROCURADOR: DRA. RENATA CONSTANTE CESTARI

INTERESSADO : 0000000615
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE

EXERCICIO : 2010
NUM.DE REMESSA: 000001154/2013
DATA DE ENVIO : 15/10/2013 QTDE.APARTADO : 001
REMETENTE : UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
DESTINO : CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBE
MOTIVO : REMETIDO A CAMARA MUNICIPAL

21/10/13
D

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: (S/N) IMPRIMIR: (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.0 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 03/02/2014
1435/026/11 TC. CONTAS DE PREFEITURA 16:10:52
CONSELHEIRO: DR(A).RENATO MARTINS COSTA

97

PROCURADOR: DR. RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA

INTERESSADO : 0000000615
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE

EXERCICIO : 2011
NUM.DE REMESSA: 000000270/2014
DATA DE ENVIO : 27/01/2014 QTDE.APARTADO : 000
REMETENTE : DR(A).RENATO MARTINS COSTA
DESTINO : CARTORIO DR. RENATO MARTINS COSTA
MOTIVO : ACOMPANHA

25/9/13

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: (S/N) IMPRIMIR: (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.0 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 03/02/2014
2024/026/12 TC. CONTAS DE PREFEITURA 16:11:25
CONSELHEIRO: DR(A).ROBSON MARINHO

98

PROCURADOR: DR. RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA

INTERESSADO : 0000000615
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE

EXERCICIO : 2012
NUM.DE REMESSA: 000007273/2013
DATA DE ENVIO : 17/12/2013 QTDE.APARTADO : 001
REMETENTE : CARTORIO DR. ROBSON MARINHO
DESTINO : ASSESSORIA TECNICA JURIDICA - 1
MOTIVO : DEVOLUCAO

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: (S/N) IMPRIMIR: (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
05.1.1 TTLC905 P E S Q U I S A R E S U M I D A 03/02/2014
2092/026/13 TC. CONTAS DE PREFEITURA 16:11:57
CONSELHEIRO: DR(A).CRISTIANA DE CASTRO MORAES

99

INTERESSADO : 0000000615
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE

EXERCICIO : 2013
NUM.DE REMESSA: 000000644/2013
DATA DE ENVIO : 06/02/2013 QTDE.APARTADO : 000
REMETENTE : GABINETE DA PRESIDENCIA
DESTINO : UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
MOTIVO : INSTRUIR

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: (S/N) IMPRIMIR: (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

EXPEDIENTE:	TC-046593/026/13
INTERESSADO:	Ministério Público do Estado de São Paulo – Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Márcio Fernando Elias Rosa
ASSUNTO:	Possíveis irregularidades administrativas – nulidade de ato administrativo
Referência	Ofício nº 5473/13 – EXPPGJ, de 11 de dezembro de 2013 Protocolo nº 187.832/13 MPSP Ref. Ofício nº 217/2013, de 27/11/2013 IC nº 14.0461.0000425/2013-7

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

O Ministério Público do Estado de São Paulo – Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Márcio Fernando Elias Rosa, encaminha a este Tribunal de Contas pedido contido no ofício nº 213/2013 da Promotoria de Justiça de Tremembé, subscrito pelo Promotor de Justiça Luís Fernando Scavone de Macedo, para ciência dos documentos juntados pelo Executivo Municipal.

Segundo consta nos autos, a Prefeitura Municipal de Tremembé, em resposta ao Ofício nº 129/2013 da 2ª PJTbé, trouxe notícias sobre despesas realizadas a título de pagamentos mediante Recibos de Pagamentos a Autônomos – RPA, bem como ao percentual de gastos com pessoal.

Instada a trazer informações, a Unidade Regional de Guaratinguetá UR-14 consignou, às fls. 92/95, que a matéria foi objeto de apontamentos nos relatórios das contas de 2010 (TC-002963/026/10), de 2011 (TC-001435/026/11) e de 2012 (TC-002024/026/12).

Segue anotando que há possibilidade da continuidade de tais irregularidades durante o exercício de 2013, fato que poderá ser verificado na próxima fiscalização.

Em pesquisa ao Sistema Integrado de Controle do Protocolo, a UR- 14 localizou os expedientes TC-018792/026/11 e TC-028980/026/11, que subsidiaram as contas de 2010 e 2011 da Prefeitura Municipal de Tremembé, além do TC-000279/014/10, que tratou de possíveis irregularidades cometidas pela administração municipal; arquivado em 23/09/10.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Ante o exposto, notadamente diante da emissão de pareceres das contas de 2010[1] e 2011[2], proponho o encaminhamento deste expediente aos eminentes Conselheiros Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, Relatores das contas de 2012 e 2013 da mencionada Prefeitura (TC-002024/026/12 e TC-002092/026/13), para as providências que Suas Excelências houverem por bem determinar, dando-se ciência à autoridade subscritora da medida adotada por essa Egrégia Presidência.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

GTP, em 03 de fevereiro de 2014.

RUI VENDRAMIN CAMARGO
Assessor Procurador-Chefe

CNK

[1]TC-002963/026/10 – Relatora Drª Cristiana de Castro Moraes; Parecer Desfavorável publicado no D.O.E. de 02/10/2013.

[2]TC-001435/026/11 – Relator Dr. Renato Martins Costa; Parecer Desfavorável publicado no D.O.E. de 25/09/2013.

RECEBIDO NO GP EM
07/02/19
ÀS: 09:30 HORAS
ASS:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Expediente: TC-046593/026/13

Interessado: Márcio Fernando Elias Rosa - Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Encaminha ofício, subscrito pelo Promotor de Justiça Luís Fernando Scavone de Macedo para ciência das possíveis irregularidades administrativas na Prefeitura de Tremembé.

À vista da manifestação do GTP, encaminhe-se o expediente, pela ordem, à consideração dos e. Conselheiros Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, relatores das contas da Prefeitura Municipal de Tremembé, exercícios de 2012 (TC-001519/026/12) e 2013 (TC-002092/026/13), para conhecimento e eventuais providências que Suas Excelências julgarem pertinentes.

GP, 13 de fevereiro de 2014.

Edgard Camargo Rodrigues

Presidente

MTM

GAB. CONS. RRM

17 FEV 2014

Expediente: TC-046593/026/13
Interessado: Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, DD. Procurador-Geral de Justiça
Assunto: Ofício 5473/2013-EXPPGJ - por intermédio do ofício 213/2013-PJ Tremembé, encaminha documentos

Considerando a manifestação do douto GTP (fls.100/101), acerca de a matéria noticiada na inicial ter sido objeto de apontamento no relatório elaborado sobre as contas anuais de 2012 da Prefeitura Municipal de Tremembé, sob minha relatoria, cópia protocolada deste expediente deverá acompanhar o TC-2024/026/12, o qual está em fase de instrução pelos órgãos técnicos da Casa.

Outrossim, vale esclarecer que, por intermédio do ofício CGCRRM 1756/2010, foram encaminhadas cópias e informações de interesse à subscritora do TC-279/014/10, mencionado às fls.100/101.

Ao Cartório para cumprir.

Por fim, encaminhe-se este original, pela ordem, à consideração do Corpo de Auditores, à vista de competir à doutora Silvia Monteiro a instrução TC-2092/026/13.

GC, 19 de fevereiro de 2014.

Robson Marinho
Conselheiro

cmt/

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Extraída cópia integral deste protocolado para cumprimento do r. despacho de fls. retro, encaminhe-se ao conhecimento da e. Auditora Silvia Monteiro para as providências que sua Excelência entender por bem determinar.

CGCRRM, 21 de fevereiro de 2014.

Rogério Nivaldo Mendes
Auxiliar da Fiscalização Financeira II

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
CARTÓRIO

Expediente : TC-046593/026/13.
Interessada : Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto : Of.5473/13, de 11.12.13 (Prot. 187832/13), acompanhado do Of.213/13, de 21.11.13 (IC-14.0461.0000425/13-2), de autoria do Doutor Luís Fernando Scavone de Macedo, Digníssimo Promotor de Justiça, da Promotoria de Justiça de Tremembé.

A **Unidade Regional de Guaratinguetá** para subsidiar o exame da matéria objeto do **TC-002092/026/13**.

Cartório, em 26 de maio de 2014.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Conselheira

Márcio

À
Equipe 14-1 para cumprir v. determinação
de fls. 105.
GDUR-14, em 29/05/14

José Rubens Monteiro
Diretor Técnico de Divisão
UR-14 - Guaratingueta

Expediente: **TC-46593/026/13**
Interessado: Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Ofício 5473/13 - referente ao Ofício 213/13, subscrito pelo DD. Promotor de Justiça de Tremembé, Doutor Luís Fernando Scavone de Macedo, para ciência das possíveis irregularidades administrativas na Prefeitura de Tremembé, concernentes a despesas realizadas a título de pagamentos mediante Recibos de Pagamentos a Autônomos - RPA, bem como ao percentual de gastos com pessoal.

Senhora Agente da Fiscalização Financeira-Chefe,

Em atendimento à r. determinação de fls. 105, informamos que a matéria tratada neste protocolado subsidiou a fiscalização ordinária das contas anuais de 2013, da Prefeitura Municipal de Tremembé - TC-2092/026/13, constando do item "B.2.2 - DESPESA DE PESSOAL" do relatório, e, na sequência, solicitando que o mesmo acompanhe o referido processo de contas.

Assim exposto, submetemos o presente à consideração de Vossa Senhoria.

UR-14.1, em 24 de novembro de 2014.

Idamarcia Mª Costansi Cesare
Agente da Fiscalização Financeira

Kassandra Mara de S. Faria
Auxiliar da Fiscalização Financeira

Senhor Diretor da UR.14,

Visto. De acordo.
À consideração de Vossa Senhoria.
UR.14.1, em 24 de novembro de 2014.

JANAÍNA NOGUEIRA LUIZ FERREIRA
Agente da Fiscalização Financeira-Chefe

De acordo com o informado.
Encaminhe-se na forma proposta.
GDUR-14, em 24 de novembro de 2014.

JOSÉ RUBENS MONTEIRO
Diretor da UR.14

DS-5 COD. 194